

Mangels Industrial S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

 **Mangels**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	16
Parecer do Conselho Fiscal	20
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes	22
Balanços patrimoniais	23
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa	28
Demonstrações do valor adicionado	29
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	30

Mangels Industrial S.A.

Relatório da Administração 2025

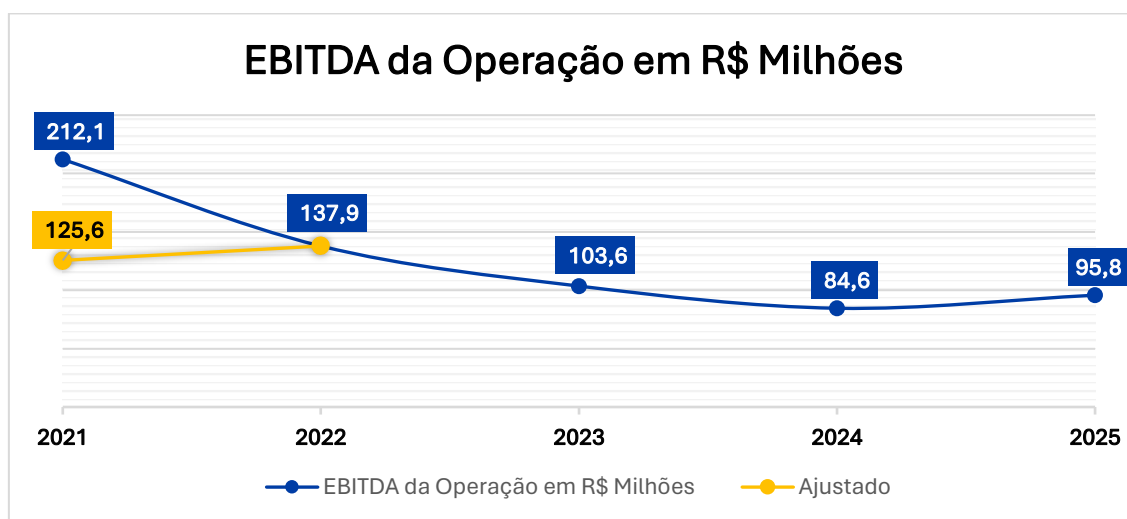
31 de dezembro de 2025

 **Mangels**

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas da Mangels Industrial S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Estas informações contábeis são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

DESTAQUE



Com 97 anos de história, a Mangels consolida sua posição como referência em excelência industrial e compromisso com todos os elos de sua cadeia produtiva. Atualmente, é uma das maiores empresas nacionais do setor e figura entre as líderes na América Latina. Seus produtos estão amplamente presentes nos segmentos de automóveis, motocicletas, caminhões, ônibus e eletrodomésticos.

O EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é um dos principais indicadores de desempenho operacional da Companhia, pois expressa sua capacidade de geração de caixa, excluindo os efeitos financeiros e fiscais. No acumulado do quarto trimestre de 2025, o EBITDA da Mangels totalizou R\$ 95,8 milhões, representando um crescimento de R\$ 11,2 milhões em relação ao mesmo período de 2024. A Companhia mantém uma perspectiva otimista para o futuro, com foco contínuo na eficiência da gestão de ativos e na evolução de sua adaptabilidade financeira.

Guiada por valores sólidos como ética, sustentabilidade, segurança, trabalho em equipe, cooperação e integridade, a Mangels conduz suas operações com foco na excelência operacional. Essa postura fortalece relações de transparência e confiança com seus parceiros, clientes, fornecedores e colaboradores, sustentando sua trajetória de sucesso e inovação.

MERCADO DE VEÍCULOS E GLP – 2025

VEÍCULOS LEVES

Em 2025, as vendas de veículos leves no Brasil registraram crescimento de 2,6% em relação ao ano anterior, totalizando cerca de 2,6 milhões de unidades. Mesmo diante de um cenário de crédito mais restritivo e taxas de juros elevadas, o setor apresentou desempenho positivo.

Segundo a ANFAVEA, foram produzidos 2,0 milhões de automóveis de passeio, um avanço de 4,8%, e 502 mil comerciais leves, aumento de 3,3% na comparação entre 2025 e 2024.

VEÍCULOS PESADOS

Em 2025, a produção de veículos pesados no Brasil registrou queda significativa, especialmente no segmento de caminhões, segundo a ANFAVEA.

A produção de caminhões teve queda de 12,1% no ano. A categoria mais impactada foi a de caminhões pesados, com queda expressiva de 24,1%, fortemente influenciada pelas taxas de juros aplicadas aos financiamentos.

A produção de ônibus teve crescimento leve de 1,6% no ano, impulsionada pela continuidade das entregas do Programa Caminho da Escola.

MOTOCICLETAS

Em 2025, a produção de motocicletas no Brasil alcançou quase 2,0 milhões de unidades, registrando um crescimento de 13,3% em relação ao ano anterior, segundo ABRACICLO.

As vendas cresceram 15,0%, totalizando 2,2 milhões de unidades, conforme dados da FENABRAVE.

Trata-se de um mercado impulsionado principalmente pelo uso profissional para entregas e transporte individual, consolidando-se como uma alternativa de locomoção mais acessível em comparação ao automóvel.

GLP

Em 2025, o mercado de consumo de GLP no Brasil demonstrou um crescimento de 1,5% em relação ao ano anterior. As vendas de novos vasilhames de GLP acumularam um aumento de 10,0% no ano. Esses crescimentos estão associados ao anúncio do Programa “Gás do Povo”, que já movimentou a indústria diante da expectativa de aumento da demanda.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

(em milhões de reais – R\$)

Movimentação	4T25	4T24	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Receita bruta	318,4	279,4	1.288,0	1.144,6	143,4	12,5%
Receita líquida	261,8	231,0	1.063,6	948,0	115,6	12,2%
CPV	(221,7)	(198,9)	(928,4)	(834,5)	(93,9)	11,3%
Lucro bruto	40,1	32,1	135,2	113,5	21,7	19,1%
Receitas (despesas) operacionais	(15,5)	(15,5)	(61,1)	(50,2)	(10,9)	21,7%
Lucro operacional	24,6	16,6	74,1	63,3	10,8	17,1%
Resultado financeiro	(21,6)	(53,2)	(22,4)	(128,2)	105,8	(82,5%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social.	3,0	(36,6)	51,7	(64,9)	116,6	(179,7%)
Imposto de renda e contribuição social	13,0	13,4	(3,7)	23,3	(27,0)	(115,9%)
Lucro (prejuízo) líquido	16,0	(23,2)	48,0	(41,6)	89,6	(215,4%)
EBITDA	30,2	22,0	95,8	84,6	11,2	13,2%

(em milhões de reais – R\$)

Movimentação	4T25	4T24	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo)	16,0	(23,2)	48,0	(41,6)
(+) Imposto de renda e contribuição social	13,0	13,4	(3,7)	23,3
(+) Resultado financeiro	(21,6)	(53,2)	(22,4)	(128,2)
(+) Depreciação e amortização	5,6	5,4	21,7	21,3
EBITDA	30,2	22,0	95,8	84,6

A Mangels é uma Companhia de destaque em diversos segmentos industriais, atuando com excelência na produção de rodas de liga leve, cilindros de GLP, tanques de ar comprimido e chapas de aço voltadas à indústria de motocicletas. Sua capacidade de atender às exigentes demandas desses mercados é sustentada por processos produtivos eficientes, compromisso com a qualidade e constante inovação. A Companhia se diferencia pela agilidade na adaptação às flutuações do mercado e por uma gestão estratégica orientada à satisfação do cliente, fatores que consolidam sua posição de liderança no setor.

No quarto trimestre de 2025, a Mangels enfrentou desafios relevantes que impactaram seus resultados financeiros, refletindo a complexidade do cenário econômico nacional e internacional. Apesar das adversidades, as vendas apresentaram crescimento, e a receita líquida consolidada atingiu R\$ 1.063,6 milhões em 2025, representando crescimento de 12,2% em relação a 2024, quando foi registrado o montante de R\$ 948,0 milhões. Esse avanço foi impulsionado pela expansão gradual ao longo dos trimestres. No quarto trimestre de 2025, a receita líquida atingiu R\$ 261,8 milhões, representando um crescimento de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esse resultado foi influenciado por fatores como:

- Aumento da demanda em segmentos estratégicos;
- Melhoria na eficiência operacional e controle de custos;
- Ajustes comerciais e de precificação alinhados às condições de mercado;

- Fortalecimento das relações com clientes e parceiros estratégicos.

O **custo dos produtos vendidos (CPV)** acumulado até o quarto trimestre de 2025 totalizou R\$ 928,4 milhões, frente aos R\$ 834,5 milhões registrados no mesmo período de 2024. Embora tenha ocorrido um aumento absoluto no CPV, observou-se uma melhora na sua representatividade em relação à receita líquida: o CPV correspondeu a 87,3% da receita em 2025, antes 88,0% em 2024. Essa evolução reflete ganhos de eficiência operacional, mesmo diante de um cenário de volatilidade nos preços das principais matérias-primas.

As oscilações nos preços do aço e do alumínio, que representam entre 60,0% e 75,0% da estrutura de custos dos produtos da Mangels, foram fatores determinantes para essa variação, exigindo da Companhia uma gestão rigorosa de insumos e estratégias de mitigação de impactos no custo unitário.

No quarto trimestre de 2025, o **lucro bruto** da Mangels totalizou R\$ 40,1 milhões, representando uma evolução de 24,9% em relação aos R\$ 32,1 milhões registrados no mesmo período de 2024. No acumulado do ano, o lucro bruto apresentou crescimento com alta de 19,1%. Esse desempenho reflete a eficácia das medidas adotadas pela Companhia, voltadas à redução dos gastos gerais de fabricação e à melhoria contínua dos processos produtivos.

Tais avanços evidenciam o compromisso da Mangels com a otimização de recursos e a busca por resultados sustentáveis, reforçando sua capacidade de gerar valor mesmo em cenários desafiadores.

As **receitas (despesas) operacionais** apresentaram crescimento no acumulado até o quarto trimestre de 2025, saindo de uma despesa de R\$ 50,2 milhões em 2024 para R\$ 61,1 milhões em 2025. Esse aumento, no entanto, está concentrado majoritariamente no primeiro trimestre, que registrou R\$ 18,4 milhões.

O crescimento observado no período foi impactado por fatores como o aumento de custos comerciais e ao agravamento da crise de mão de obra qualificada no setor industrial, que pressionou os custos trabalhistas ao longo de 2025. Diante das dificuldades de retenção e recrutamento de profissionais, a Companhia precisou ampliar a utilização de empresas de trabalho temporário, cujo custo total é superior ao da mão de obra permanente, em razão de encargos adicionais, taxas administrativas e maior rotatividade. Cabe destacar que, no primeiro trimestre de 2024, foi contabilizado um valor de R\$ 4,4 milhões referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, registrado na linha de outras receitas, o que contribuiu para ajustes nos resultados operacionais. Esses elementos refletem tanto ajustes estratégicos quanto mudanças regulatórias que influenciaram diretamente a estrutura de despesas da Companhia.

O **lucro operacional** da Mangels em 2025 totalizou R\$ 74,1 milhões, frente aos R\$ 63,3 milhões registrados no mesmo período de 2024. Esse crescimento está diretamente relacionado ao aumento da receita, embora tenha sido parcialmente atenuado pelos impactos das variações nas despesas operacionais, que influenciaram negativamente os resultados.

No quarto trimestre, o lucro operacional apresentou uma evolução significativa, com crescimento de 48,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo os esforços da Companhia em aprimorar sua eficiência operacional e manter a rentabilidade.

O **resultado financeiro** acumulado até o quarto trimestre de 2025 totalizou uma despesa de R\$ 22,4 milhões, caracterizando-se como atípico em relação aos períodos anteriores. Esse valor representa o resultado líquido das variações cambiais, provisões de juros, juros pagos e demais itens financeiros.

É importante destacar que a maior parte dessas receitas e despesas decorre de variações cambiais e da apropriação de juros sobre financiamentos, sem efeito imediato no caixa da Companhia. Trata-se de efeito associado, principalmente, à exposição de dívidas em moeda estrangeira, podendo apresentar volatilidade e eventual reversão em períodos futuros.

O **lucro líquido** do exercício de 2025 foi de R\$ 48,0 milhões, revertendo o resultado negativo de R\$ 41,6 milhões registrado no mesmo período de 2024. Essa expressiva melhora está diretamente relacionada à evolução do resultado financeiro, especialmente à menor pressão das variações cambiais.

O **EBITDA** acumulado em 2025 foi de R\$ 95,8 milhões, comparado aos R\$ 84,6 milhões registrados no mesmo período de 2024. Esse crescimento reflete um alinhamento eficaz entre as flutuações nos preços das commodities, especialmente alumínio e aço, e a evolução da receita. Adicionalmente, as variações nas despesas operacionais, conforme mencionado anteriormente, também exerceram influência significativa sobre os resultados do período.

No quarto trimestre de 2025, o EBITDA atingiu R\$ 30,2 milhões, representando um aumento de 37,3% em relação aos R\$ 22,0 milhões registrados no mesmo trimestre de 2024.

No contexto de mercado, os preços do alumínio e do aço foram impactados por uma combinação de fatores, incluindo instabilidades geopolíticas e incertezas econômicas globais, que pressionaram os custos de produção e afetaram diretamente o comportamento das commodities.

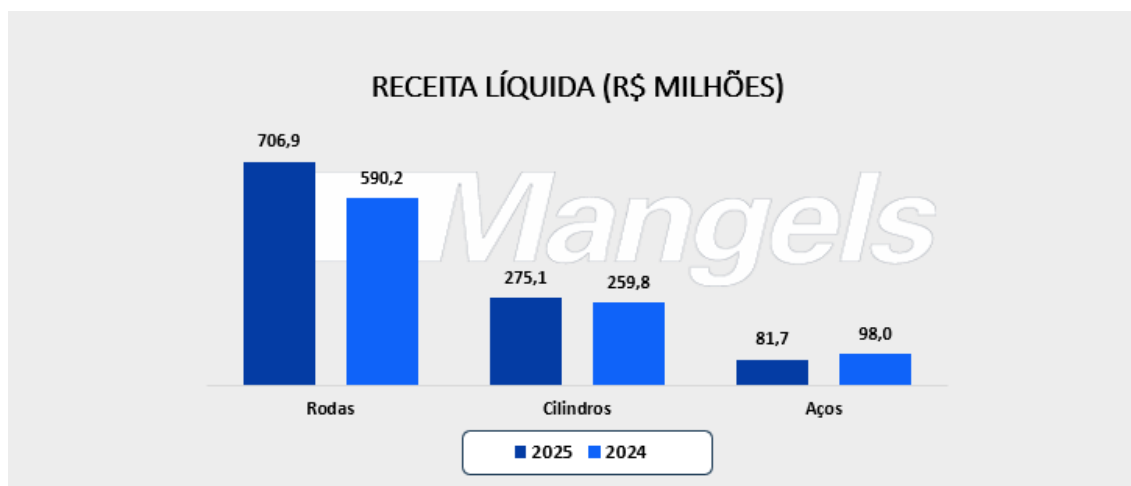
Apesar dos desafios enfrentados ao longo de 2025, como a volatilidade nos preços das matérias-primas e o impacto das despesas operacionais, a Mangels mantém o foco em fortalecer sua posição competitiva e aprimorar o controle financeiro. Em sinergia com os objetivos institucionais, todas as áreas da Companhia atuam de forma integrada para garantir conformidade com a estratégia de negócios e explorar novas oportunidades de crescimento.

A Mangels permanece atenta às oportunidades de crescimento sustentável, com foco na expansão para novos mercados e no desenvolvimento de produtos inovadores, sempre pautada por práticas ambientais responsáveis. A Companhia também tem investido na otimização de suas operações, na melhoria contínua da qualidade de seus produtos e serviços, e no aumento da satisfação de seus clientes.

Mesmo diante de um cenário econômico e setorial desafiador, a Mangels demonstra um compromisso sólido com a superação de obstáculos e a busca por crescimento contínuo. Com

uma abordagem proativa e resiliente, a Companhia está bem-posicionada para aproveitar as oportunidades que surgirem, construindo um futuro mais robusto e sustentável.

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS



Apesar do aumento da receita líquida em 2025 em comparação a 2024, a Mangels enfrentou oscilações significativas nos preços do alumínio, impactando diretamente sua receita. Essas flutuações nos preços das commodities representaram um dos principais desafios para a Companhia.

Apesar desses desafios, a Mangels conseguiu mitigar parte dos impactos por meio da diversificação de seus segmentos de atuação. O segmento de Rodas, por exemplo, registrou um crescimento na receita líquida, ajudando a compensar as perdas em Aços. A Companhia também manteve um foco rigoroso no controle financeiro e na otimização de suas operações para enfrentar as adversidades do mercado.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

(em milhões de reais – R\$)

Movimentação	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
Saldo inicial	729,3	741,8	693,7	613,6	633,0
Amortização	(48,2)	(163,1)	(128,8)	(115,3)	(134,9)
Captação	-	80,7	10,6	-	12,3
Juros/variação cambial (sem efeito de caixa)	60,7	34,3	38,1	134,7	23,7
Saldo final	741,8	693,7	613,6	633,0	534,2
FINANCIAMENTOS					
Curto prazo	50,1	74,6	125,5	105,9	530,9
Longo prazo	691,7	619,1	488,1	527,1	3,3
Total de financiamentos	741,8	693,7	613,6	633,0	534,2
DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa	33,5	13,5	34,4	12,6	30,1
Aplicações financeiras	25,5	57,7	31,8	61,5	10,9
Total de disponibilidades	59,0	71,2	66,2	74,1	41,0
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	682,8	622,5	547,4	558,9	493,2

Até dezembro de 2025, o endividamento líquido totalizava R\$ 493,2 milhões, representando uma redução significativa em relação aos R\$ 558,9 milhões registrados em dezembro de 2024.

No acumulado de 2025, registrou-se uma variação cambial ativa de R\$ 37,9 milhões, uma provisão de juros de R\$ 61,6 milhões e pagamentos de principal e juros totalizando R\$ 134,9 milhões.

A Companhia tem obtido êxito na mitigação dos impactos financeiros, sustentada por rigoroso controle de despesas e ajustes organizacionais estratégicos. Destacam-se as reuniões de calibração, voltadas à análise de cenários relevantes, ao mapeamento de oportunidades e ao fortalecimento do controle de custos e gastos operacionais.

Essas iniciativas são fundamentais para a manutenção do equilíbrio financeiro, a preservação do caixa e o fortalecimento contínuo da estrutura de capital, permanecendo entre as principais prioridades estratégicas da Mangels.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A Mangels acredita e pratica os conceitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMA), contribuindo para o fortalecimento da comunidade e a propagação dos princípios de ética, justiça e dignidade. Para a Mangels, o desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Assim, a Mangels gerencia riscos e atua no sentido de minimizar os impactos socioambientais de suas atividades, focada em ter um ambiente de trabalho seguro, proteger o meio ambiente e promover a saúde de seus colaboradores, garantindo operações sustentáveis e responsáveis.

Compromisso com as Novas Gerações

A Mangels está comprometida com a preservação do meio ambiente, a segurança dos colaboradores e a promoção de uma melhor qualidade de vida. Este compromisso se estende além do local de trabalho, abrangendo também as comunidades atendidas. O futuro sustentável é focado nas pessoas, por isso é essencial priorizar a segurança e saúde, e a Mangels está trabalhando ainda mais fortemente nesse sentido em 2025.

Gestão Ambiental

Certificada pela ISO 14001, a Mangels adota uma gestão focada na preservação, buscando continuamente reduzir o impacto ambiental, a geração de efluentes líquidos e resíduos, além do consumo de energia e água. A fábrica da Mangels também está em conformidade com as leis e normas locais de proteção ambiental.

A Mangels está cada vez mais focada na otimização do uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis, com especial atenção no combate ao desperdício, tendo, inclusive, a gestão da água como prioridade em relação ao uso, ao consumo e para evitar o desperdício.

Áreas de Preservação

A Companhia protege áreas de preservação permanente, conforme o Código Florestal, garantindo a proteção dos recursos hídricos, biodiversidade e bem-estar das populações.

Combate às Mudanças Climáticas

A Mangels adota medidas para monitorar e reduzir as emissões de CO₂, incluindo a elaboração de inventários anuais de gases de efeito estufa e projetos de melhoria contínua.

A Mangels continuará avançando, buscando equilibrar meio ambiente e finanças sustentáveis, ambos de suma importância para o seu futuro, a sua função social e os cuidados com a natureza, da qual todos dependem.

Ciclo de Vida dos Produtos

A gestão ambiental da Mangels considera todo o ciclo de vida dos produtos, desde a obtenção de matéria-prima até o descarte final, promovendo uma visão abrangente e sustentável.

Gerenciamento de Resíduos

A coleta seletiva é implementada em todos os processos, com reciclagem e destinação correta dos resíduos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Certificações

A Mangels atende às necessidades de seus clientes e aos requisitos das normas ISO 9001, IATF 16949 e ISO 14001, fornecendo para o mercado interno e externo rodas automotivas, cilindros para gases de baixa pressão, tanques automotivos, peças estampadas, serviços de requalificação e recuperação de cilindros.



ISO 9001

Gestão da Qualidade



IATF 16949

Gestão da Qualidade



ISO 14001

Gestão Ambiental

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Mangels apoia diversos ODS da ONU, incluindo:

3 – Saúde e Bem-Estar: Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

5 – Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

6 – Água potável e saneamento: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;

7 – Energia limpa e acessível: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;

9 – Indústria, inovação e infraestrutura: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

10 – Redução das desigualdades: Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

12 – Consumo e produção responsáveis: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;

13 – Ação contra a mudança global do clima: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;

14 – Vida na água: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15 – Vida terrestre: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;

16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

Segurança e Sustentabilidade: Compromissos que Guiam Nossas Ações

No primeiro semestre de 2025, a Mangels reafirmou seu compromisso com a integridade física de seus colaboradores e com a preservação do meio ambiente, por meio de ações estruturadas voltadas à segurança no trabalho e à sustentabilidade. Alinhadas aos nossos valores e à busca contínua pela excelência operacional, essas iniciativas fortalecem a cultura organizacional e promovem um ambiente de trabalho seguro, ético e responsável.

Destaques em Segurança

Entre as principais iniciativas do período, destaca-se a implantação das “10 Regras de Ouro”, que estabelecem condutas essenciais para a preservação da vida e prevenção de acidentes.

Outras ações relevantes incluem:

- Conclusão da implantação dos novos EPIs e dos padrões de uniformes para 100% das operações da fábrica, garantindo maior segurança nas atividades.
- Implementação do Comitê de Ergonomia da fábrica, composto por todos os gerentes e dedicado à melhoria das condições dos postos de trabalho.
- Renovação do AVCB da fábrica, agora com validade estendida até 2030.
- A implantação das máquinas Vending Machine para distribuição automática de EPIs está em fase de testes, com o piloto instalado no setor de Aços. O objetivo é agilizar as entregas, aprimorar o controle de registros e assegurar maior conformidade com os requisitos legais.
- Diálogos Diários de Segurança, com foco na prevenção de acidentes e promoção de comportamentos seguros.
- Demarcação de áreas operacionais com sinalização para uso permitido de celular, promovendo foco e atenção em áreas de risco.
- Implantação de passarelas para garantir a locomoção segura entre áreas industriais.
- Melhorias na infraestrutura de segurança, incluindo a criação de salas avançadas de SSMA e a disponibilização de novos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
- Campanhas internas de conscientização, com mensagens que reforçam o cuidado pessoal e coletivo, como:

- “Volte para casa do mesmo jeito que chegou.”
- “Seu maior recorde não é de produção, mas de voltar todos os dias sem lesões.”
- “Minha segurança não termina no portão. O trajeto até em casa também importa.”

O Processo MANG, lançado durante nossa SIPAT, representa uma nova abordagem de Segurança, dando aos colaboradores a autorização para interromper as atividades antes que ocorram acidentes, seguindo as diretrizes abaixo:

- **M:** Mantenha parado.
- **A:** Análise todos os riscos.
- **N:** Não execute sem resolver.
- **G:** Garanta a execução segura.

Além disso, foi implantada a etiqueta de reporte de quase acidentes na operação, proporcionando aos colaboradores um canal para reportar eventos que poderiam gerar lesões. Essas etiquetas estão posicionadas em pontos estratégicos, com locais para preenchimento e armazenagem.

O que é um quase acidente?

Refere-se a uma situação que esteve próxima de resultar em um acidente, mas que, devido a intervenções ou circunstâncias favoráveis, não causou lesões ou danos significativos.

Objetivo do formulário:

Prevenir acidentes graves ou fatais e identificar áreas de melhoria em segurança.

Compromisso com a Sustentabilidade

A Mangels também avançou em projetos voltados à responsabilidade ambiental, reafirmando seu papel na construção de um futuro sustentável:

- Educação Ambiental nas Escolas: Em parceria com a Prefeitura de Três Corações, foi iniciada uma ação educativa para conscientizar estudantes sobre reciclagem, descarte correto de resíduos e preservação ambiental.
- Redução da emissão de CO₂: Desenvolvimento de projeto para instalação de filtros nos cilindros de gás GLP das empilhadeiras, com o objetivo de minimizar a emissão de CO₂ durante a operação.

Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo da Mangels com a vida, o bem-estar das pessoas e a proteção do meio ambiente. Mais do que atender às exigências normativas, a Companhia investe em uma cultura que coloca a segurança e a sustentabilidade no centro de suas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento responsável da sociedade e dos negócios.

PROJEÇÕES DOS MERCADOS PARA 2026

VEÍCULOS LEVES

Em 2026, o mercado de veículos leves no Brasil deve registrar um crescimento de aproximadamente 2,8%, com a comercialização de cerca de 2,6 milhões de unidades. O setor automotivo brasileiro adota uma postura mais conservadora para o ano, em função do fechamento de 2025 e dos indicadores econômicos, conforme a ANFAVEA.

VEÍCULOS PESADOS

A projeção para o mercado brasileiro de veículos pesados em 2026 indica uma queda de 0,5%, com estimativa de 136 mil unidades comercializadas, segundo a ANFAVEA. Essa retração é atribuída, principalmente, à manutenção de taxas de juros elevadas e às condições restritivas de financiamento. No entanto, esse cenário tende a ser parcialmente amenizado com a implementação do programa “Move Brasil” (Medida Provisória nº 1328, de 2025) no início do ano, somado à expectativa de redução gradual da taxa de juros ao longo de 2026.

MOTOCICLETAS

A previsão para o mercado de motocicletas no Brasil em 2026 é de produção de 2,1 milhões de unidades, com crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. No varejo, as vendas devem atingir 2,3 milhões de unidades, alta de 4,6%. As exportações devem crescer 4,4%, totalizando 45 mil unidades, segundo dados da ABRACICLO.

GLP

A expectativa para 2026 é de continuidade da expansão do mercado de GLP, impulsionada principalmente pela implementação do programa “Gás do Povo”, que tem como objetivo ampliar o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento às normas Resolução CVM Nº 162, de 13 de julho de 2022, e Resolução CVM Nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia e suas controladas informam que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não contrataram outros serviços da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, empresa responsável pela auditoria externa da Companhia, que não sejam os relacionados à auditoria independente do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e revisão dos trimestres do mesmo exercício.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidades, preços médios, projeções e cotações médias, em reais e em dólares, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

AGRADECIMENTOS

Permanecemos confiantes em nossos talentos na busca de soluções para os nossos clientes decorrentes de nossa expertise centenária e somos imensamente gratos pela confiança depositada em nós!

Assim, agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas, comunidade financeira em geral e, especialmente, aos nossos colaboradores pelo comprometimento demonstrado e reforçamos nosso compromisso inegociável com valores, metas e realizações, capazes de gerar impactos positivos para toda a sociedade!

Administração.

São Bernardo do Campo, 30 de março de 2026.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.
Três Corações – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renegociação de dívida financeira (empréstimos e financiamentos) – vencíveis em novembro de 2026

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e nº 13 às demonstrações financeiras consolidadas findas em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui empréstimos e financiamentos captados junto a instituições financeiras nacionais com valores devidos em moeda nacional e estrangeira, nos montantes de R\$ 313.461 mil e R\$ 216.094 mil, respectivamente, cujo vencimento final ocorrerá no dia 15 de novembro de 2026. A Companhia está em processo de renegociação das dívidas junto às citadas instituições financeiras visando o alongamento do prazo de vencimento. Ressaltamos que os empréstimos em questão possuem vinculado como garantia real as instalações e os equipamentos da planta de Três Corações, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2025 perfaz o montante de R\$

174.478 mil (conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12), sendo a principal planta operacional da Companhia. Ressaltamos que o sucesso das citadas renegociações é fator determinante para a manutenção do equilíbrio financeiro e continuidade das operações Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser considerado em nosso relatório.

- **Avaliação da perda por redução ao valor recuperável do Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos) – Nota Explicativa nº 25(b)**

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25(b) “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os montantes de R\$ 204.552 mil (individual) e R\$ 204.685 mil (consolidado), considerados recuperáveis à medida em que a Companhia entende que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros, estando, dessa forma, sujeitos à avaliações e julgamentos significativos na determinação da recuperabilidade, levando em consideração a geração de lucros futuros, dentre outras premissas e julgamentos. Dessa forma, a Companhia avalia a probabilidade da geração de lucros futuros para realização dos citados ativos, estabelecendo as respectivas premissas e estimativas que os determinam. Assim, as estimativas e premissas (em virtude das incertezas e algo grau de julgamento envolvidos) representam um risco relevante de ajuste nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, razão pela qual consideramos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa utilizados no teste de recuperabilidade elaborado pela administração;
- Envolvemos nossos especialistas internos em finanças corporativas nas avaliações das projeções econômicas e financeiras, na revisão dos cálculos matemáticos, na análise e entendimento das premissas e metodologia de cálculo e comparação das informações com expectativas de mercado, além da comparação das informações com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas. Desafiamos as premissas consideradas pela administração, tais como taxas de juros e de crescimentos econômico;
- Envolvemos nossos especialistas internos em tributos na análise das apurações de impostos de renda e contribuição social diferidos; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perspectiva de recuperação econômica do imposto de renda e contribuição social diferidos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a

sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Jefferson Coelho Diniz
Contador CRC 1SP-277.007/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

MANGELS INDUSTRIAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ n.º 61.065.298/0001-02 - NIRE 35300663110

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, se reuniram e examinaram: o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2025. Considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e pelos Auditores Independentes, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como o teor do respectivo relatório de auditoria, além das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Bernardo do Campo, 30 de março de 2026.

Heraldo Gilberto de Oliveira – Presidente

Artemio Bertholini – Conselheiro

Fábio Luis Talavera Tolin - Conselheiro

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 27, da Instrução nº 80/22, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os membros da Diretoria da Mangels Industrial S.A. declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Anuais do exercício; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

São Bernardo do Campo, 30 de março de 2026.

Ivan Zanovello Ciruelos
Diretor Presidente

Pedro Galvão Filho
Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores

Eduardo Morais de Campos
Diretor

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Após exame do relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., referente as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Mangels Industrial S.A., os membros da Diretoria deliberaram por unanimidade e em observância às disposições contidas nos incisos V e VI, do artigo 27, da Instrução nº 80/22, publicada pela Comissão de Valores Mobiliários, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

São Bernardo do Campo, 30 de março de 2026.

Ivan Zanovello Ciruelos
Diretor Presidente

Pedro Galvão Filho
Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores

Eduardo Morais de Campos
Diretor

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.771	11.184	30.105	12.596
Aplicações financeiras	7	4.834	27.308	7.530	42.572
Contas a receber de clientes	8	62.285	101.719	65.976	105.508
Estoques	9	124.361	115.215	140.997	125.615
Tributos a recuperar	10.a	18.239	23.433	19.574	23.622
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.b	15.586	667	15.615	667
Outros ativos		11.123	7.807	17.993	12.862
Total do ativo circulante		264.199	287.333	297.790	323.442
Aplicações financeiras	7	3.344	14.879	3.344	18.908
Tributos a recuperar	10.a	20.026	15.209	21.523	15.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	204.552	203.033	204.685	203.149
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10.b	-	11.700	-	11.700
Depósitos judiciais	16	5.152	6.251	5.757	6.863
Outros ativos		35	236	35	236
Total do realizável a longo prazo		233.109	251.308	235.344	256.065
Investimentos	11	34.921	44.740	-	-
Imobilizado	12	179.824	151.671	186.810	158.868
Intangível		1.529	1.150	1.535	1.157
		216.274	197.561	188.345	160.025
Total do ativo não circulante		449.383	448.869	423.689	416.090
Total do ativo		713.582	736.202	721.479	739.532

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
Passivo	explicativa	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	15	70.800	45.631	71.346	45.826
Empréstimos e financiamentos	13	529.555	104.491	530.883	105.872
Salários e encargos sociais	17	24.880	21.123	25.567	21.696
Tributos a recolher		3.101	2.959	3.499	3.533
Tributos parcelados		1.026	1.026	1.492	1.622
Conta corrente com partes relacionadas	18	-	5.737	-	-
Passivo de arrendamento	14	1.153	429	1.280	547
Outras contas a pagar		12.904	14.519	13.426	15.004
Passivo de contrato		4.629	3.112	4.642	3.112
Total do passivo circulante		648.048	199.027	652.135	197.212
Empréstimos e financiamentos	13	-	522.724	3.352	527.194
Provisão para riscos e discussões judiciais	16	8.764	4.557	8.786	4.818
Tributos parcelados		7.524	8.549	7.524	8.549
Passivo de arrendamento	14	1.963	792	2.249	1.206
Outras contas a pagar		314	-	464	-
Total do passivo não circulante		18.565	536.622	22.375	541.767
Total do passivo		666.613	735.649	674.510	738.979
Capital social	19.a	171.273	171.273	171.273	171.273
Reserva de reavaliação	19.b	7.782	8.100	7.782	8.100
Reserva de incentivos fiscais	19.c	23.561	22.321	23.561	22.321
Ajustes de avaliação patrimonial	19.d	-	1.606	-	1.606
Prejuízos acumulados		(155.647)	(202.747)	(155.647)	(202.747)
Total do patrimônio líquido		46.969	553	46.969	553
Total do passivo e do patrimônio líquido		713.582	736.202	721.479	739.532

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. E Controladas

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	982.979	850.651	1.063.608	948.038
Custo das mercadorias vendidas	22	(861.710)	(752.143)	(928.369)	(834.552)
Lucro operacional bruto		121.269	98.508	135.239	113.486
Despesas de vendas	22	(10.410)	(9.830)	(11.225)	(10.525)
Despesas gerais e administrativas	22	(40.698)	(34.570)	(44.356)	(37.745)
Reversão (provisão) para perda de crédito esperada	8	4.999	(5.430)	4.987	(5.426)
Equivalência patrimonial	11	11.314	9.866	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(13.617)	1.900	(10.561)	3.477
		(48.412)	(38.064)	(61.155)	(50.219)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		72.857	60.444	74.084	63.267
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24.a	10.120	8.855	13.019	10.288
Despesas financeiras	24.b	(69.935)	(63.715)	(70.631)	(64.051)
Variações cambiais	24.c	35.247	(74.423)	35.244	(74.423)
		(24.568)	(129.283)	(22.368)	(128.186)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		48.289	(68.839)	51.716	(64.919)
Imposto de renda e contribuição social	25	(267)	27.264	(3.694)	23.344
Corrente	25.a	(1.786)	(1.083)	(5.230)	(5.078)
Diferido	25.b	1.519	28.347	1.536	28.422
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				48.022	(41.575)
				48.022	(41.575)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por lote de mil ações básico diluído - R\$	20			8,3037	(7,1889)
Ações ordinárias (centavos por ação)				7,8024	(6,7549)
Ações preferenciais (centavos por ação)				8,5826	(7,4304)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Operação no exterior- diferenças cambiais na conversão	(1.606)	1.150	(1.606)	1.150
Resultado abrangente do exercício	46.416	(40.425)	46.416	(40.425)
Atribuído a sócios da empresa controladora	46.416	(40.425)	46.416	(40.425)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais - R\$)

	Controladora e Consolidado					Total
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	
Em 01 de janeiro de 2024	171.273	8.424	20.797	(159.972)	456	40.978
Realização da reserva de reavaliação	-	(324)	-	324	-	-
Reserva de lucros	-	-	1.524	(1.524)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(41.575)	-	(41.575)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1.150	1.150
Em 31 de dezembro de 2024	171.273	8.100	22.321	(202.747)	1.606	553
Em 01 de janeiro de 2025	171.273	8.100	22.321	(202.747)	1.606	553
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.022	-	48.022
Reserva de lucros	-	-	1.240	(1.240)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(318)	-	318	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.606)	(1.606)
Em 31 de dezembro de 2025	171.273	7.782	23.561	(155.647)	-	46.969

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	1.218.967	1.053.066	1.304.146	1.153.494
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.202.779	1.042.630	1.284.775	1.141.374
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	4.999	(5.430)	4.987	(5.426)
Outras receitas	11.189	15.866	14.384	17.546
Insumos adquiridos de terceiros	(728.679)	(625.641)	(790.553)	(703.008)
Matérias-primas consumidas	(584.936)	(499.996)	(643.532)	(574.089)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(143.743)	(125.645)	(147.021)	(128.919)
Valor adicionado bruto	490.288	427.425	513.593	450.486
Depreciação e amortização	(21.052)	(20.769)	(21.715)	(21.411)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	469.236	406.656	491.878	429.075
Valor adicionado recebido em transferência	61.026	24.319	52.608	15.886
Resultado da equivalência patrimonial	11.314	9.866	-	-
Receitas financeiras e variação cambial ativa	49.712	14.453	52.608	15.886
Valor adicionado total a distribuir	530.262	430.975	544.486	444.961
Distribuição do valor adicionado	530.262	430.975	544.486	444.961
Pessoal	163.087	150.133	171.682	158.403
Remuneração direta	85.707	75.184	90.882	80.054
Benefícios	26.807	29.301	28.677	31.031
Encargos	41.802	37.977	43.062	39.334
F.G.T.S.	8.771	7.671	9.061	7.984
Impostos, taxas e contribuições	220.067	164.715	224.861	169.992
Federais	107.721	68.581	111.432	72.815
Estaduais	112.342	96.132	113.271	97.003
Municipais	4	2	158	174
Remuneração de capitais de terceiros	99.086	157.702	99.921	158.141
Juros	69.935	63.715	70.631	64.051
Variação cambial	4.345	80.021	4.345	80.021
Outras	24.806	13.966	24.945	14.069
Remuneração de capitais próprios	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Mangels Industrial S.A. e Controladas
Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.022	(41.575)	48.022	(41.575)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	21.052	20.769	21.715	21.411
Perda esperada (reversão) p/créditos de liquidação duvidosa-PECLD	(4.999)	5.430	(4.987)	5.426
Perda esperada (reversão) nos estoques para itens obsoletos	(2.741)	558	(2.741)	777
Reversão (provisão) de impostos corrente e diferido	267	(27.264)	3.694	(23.344)
Equivalência patrimonial	(11.314)	(9.866)	-	-
Resultado na venda de ativo permanente	6.449	4.271	6.449	4.272
Provisão para riscos e discussões judiciais	4.391	1.009	4.152	886
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	61.089	56.813	61.561	57.398
Rendimento das aplicações financeiras	(3.093)	(5.586)	(4.514)	(6.703)
Efeito da variação cambial - Empréstimos e Financiamentos	(37.839)	77.349	(37.839)	77.349
Efeito da variação cambial - Outros	2.592	(2.926)	2.595	(2.926)
Juros sobre passivo de arrendamento	162	108	198	154
Atualização do crédito ICMS s/base de cálculo de PIS/COFINS e outros	(6.713)	(1.976)	(8.086)	(1.976)
Crédito ICMS sobre base de cálculo de PIS/COFINS e outros	-	(4.364)	-	(4.364)
	77.325	72.750	90.219	86.785
Variações nas contas de capital circulante				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	44.433	(18.987)	44.519	(18.177)
Estoques	(6.405)	(8.105)	(12.641)	(7.860)
Tributos a recuperar	3.370	58.137	(179)	56.669
Depósitos judiciais	1.099	(996)	1.106	(1.004)
Outros ativos	(4.025)	10.577	(5.839)	12.107
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	24.708	20.007	25.056	20.052
Salários e encargos sociais	3.757	2.006	3.871	2.018
Outros passivos	(3.622)	1.119	(3.552)	970
Baixa de contingências com pagamento	(184)	(920)	(184)	(920)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.158)	-	(2.528)	(2.471)
Total das variações nos ativos e passivos	61.973	62.838	49.629	61.384
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	139.298	135.588	139.848	148.169
Aplicações financeiras	37.102	(6.008)	55.120	(23.036)
Compra de imobilizado	(52.515)	(29.690)	(52.967)	(30.263)
Compra de intangível	(833)	(806)	(833)	(813)
Dividendos recebidos de controladas	15.396	-	-	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(850)	(36.504)	1.320	(54.112)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	12.333	-	12.333	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(88.240)	(67.563)	(89.357)	(68.680)
Pagamento de aluguéis	(951)	(493)	(1.106)	(648)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(45.003)	(45.943)	(45.529)	(46.581)
Conta corrente partes relacionadas	-	1.685	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(121.861)	(112.314)	(123.659)	(115.909)
Aumento / (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	16.587	(13.230)	17.509	(21.852)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.184	24.414	12.596	34.448
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.771	11.184	30.105	12.596
Aumento / (redução) líquida no caixa e equivalentes	16.587	(13.230)	17.509	(21.852)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mangels Industrial S.A. (Companhia ou Grupo) é uma sociedade por ações com sede na Rua José Versolato, nº 101, Bloco A, salas 91 e 92 – Centro – São Bernardo do Campo, São Paulo, CEP 09750-730. Suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos MGEL3 e MGEL4.

A Companhia opera por meio de suas plantas industriais localizadas em Três Corações – MG, onde desenvolve atividade de produção e venda de rodas automotivas de alumínio, recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível destinados a ônibus e caminhões. Além disso, fabrica peças e componentes utilizados em botijões e cilindros de GLP. Na planta de Manaus – AM oferece serviços relacionados ao aço e em Araucária – PR realiza a separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Reestruturação Operacional e Econômica

A Companhia, plenamente comprometida com o sucesso de seu plano de reestruturação, vem restabelecendo seu equilíbrio financeiro e operacional. Esse movimento tem permitido retomar o crescimento e preservar sua posição de destaque na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de GLP.

Nos últimos períodos, foram implementadas mudanças organizacionais relevantes, resultando em redução de custos e manutenção de um fluxo de caixa operacional positivo, sustentado por um rigoroso controle de despesas.

A Administração da Companhia destaca que possuía dívidas e financiamentos com bancos estrangeiros e nacionais, vinculados ao processo homologado em 2014 e aditado em 2016. No decorrer do exercício de 2025, a Companhia procedeu com a quitação das citadas dívidas junto aos bancos estrangeiros (DEG) – DEUTSCHE INVESTITIONS- UND ENTWICKLUNGSGESELLSCHAFT MBH e (FMO) NEDERLANDSE FINANCIERINGS-MAATSCHAPPIJ VOOR ONTWIKKELINGSLANDEN N.V., demonstrando o comprometimento da Administração da Companhia frente às suas renegociações de dívidas vigentes.

Não obstante, a Administração da Companhia está em latentes negociações com as instituições financeiras nacionais visando à renegociação e alongamento do perfil de vencimento das dívidas financeiras, buscando preponderantemente manter as vigências, carências e taxas/juros similares às acordadas com os bancos nacionais no plano inicial. Estratégia equivalente a utilizada nas negociações com os Bancos estrangeiros, com ajustes pontuais concentrados principalmente no alongamento da dívida. No curso normal de sua gestão financeira, a Companhia vem conduzindo tratativas com todos os credores quanto ao reperfilamento dos vencimentos atualmente concentrados em 2026. Embora ainda não formalizadas/concluídas até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, as negociações encontram-se em estágio avançado e positivo, envolvendo extensão de prazos, eventual carência e revisão de condições financeiras, sem indícios de descontinuidade nas tratativas. Diante do exposto, a

Administração da Companhia está viabilizando todos os esforços visando a conclusão e êxito nas renegociações junto às citadas instituições financeiras até o terceiro trimestre de 2026, haja visto a vigência atual das dívidas e financiamentos representativas requeridas até novembro de 2026.

As garantias reais cedidas pela Companhia para fazer frente as citadas dívidas estão devidamente divulgadas na nota explicativa nº 13 “Empréstimos e financiamentos”.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido consolidado apresentou saldo negativo de R\$ 354,3 milhões, ante saldo positivo de R\$ 126,2 milhões no ano anterior. Essa variação decorre substancialmente da reclassificação dos empréstimos e financiamentos de longo para curto prazo, cujos vencimentos estão majoritariamente concentrados em novembro de 2026.

O fluxo de caixa operacional consolidado totalizou R\$ 139,8 milhões (ante R\$ 148,2 milhões em 31 de dezembro de 2024), apresentando leve redução decorrente do aumento do capital de giro, mas ainda alinhado à perspectiva de crescimento da demanda.

A Companhia registrou lucro consolidado de R\$ 48,0 milhões em 31 de dezembro de 2025, revertendo o prejuízo consolidado de R\$ 41,6 milhões registrado em 2024. Essa melhora reflete principalmente o aumento das vendas e a queda da taxa de câmbio do dólar, que passou de R\$ 6,1923 (2024) para R\$ 5,5024 (2025). Essa variação cambial impacta a reavaliação de empréstimos denominados em moeda estrangeira devido à valorização do real, sem efeito imediato sobre o caixa, podendo inclusive se reverter em períodos futuros.

A geração operacional de caixa, o histórico recente de renegociações bem-sucedidas e o estágio avançado das tratativas atuais reforçam a capacidade de gestão financeira da Companhia. Contudo, a conclusão satisfatória da renegociação das dívidas com vencimento concentrado em 2026 permanece condição predominante para a adequada gestão de liquidez e capital.

Diante desse cenário, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando a manutenção das operações, a realização dos ativos e o cumprimento dos passivos no curso normal dos negócios.

A Administração continuará adotando medidas voltadas ao fortalecimento da geração de resultados e ao aprimoramento da estrutura de capital, com foco na sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

Risco de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros

As aplicações financeiras são efetuadas e mantidas nas principais instituições bancárias.

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 analisaram sua carteira de contas a receber e não foi observado um aumento significativo do risco de crédito, bem como postergação de liquidação de seus clientes.

Os estoques são reconhecidos pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de vendas. Em 31 de dezembro de 2025, não foi observado nenhuma condição que pudesse trazer uma perda adicional (vide Nota Explicativa nº 9).

A Companhia avaliou a não recuperabilidade dos ativos (impairment), na data-base de 31 de dezembro de 2025, através de estudo específico para esse fim e não identificou indicativos

de desvalorização. O valor recuperável superou o valor testado das UGCs, não havendo, portanto, perda por *impairment*.

Em relação às medidas tarifárias recentemente anunciadas pelos Estados Unidos com foco em produtos brasileiros, a Companhia informa que não possui operações relevantes de exportação direta para o mercado norte-americano. Dessa forma, a Companhia não prevê impactos materiais nas operações da Companhia decorrentes das referidas medidas tarifárias. A Companhia reforça, entretanto, que acompanha de forma contínua ao cenário internacional, especialmente no que se refere a políticas comerciais que possam impactar cadeias globais de suprimentos, preços de commodities, competitividade internacional e fluxos de comércio. A Administração seguirá atenta a potenciais efeitos indiretos sobre suas operações e continuará adotando as medidas necessárias para mitigar riscos e preservar a sustentabilidade dos seus negócios.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

Controladas da Companhia:

	Principal atividade	País-sede	Participação no capital social - %			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Mangels International Corporation (i)	Comercialização de produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	-	-	100,00	-
E. Koga & Cia Ltda. – EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	99,99	-	99,99	-

(i) A Companhia informa que, devido a inatividade da empresa Mangels International Corporation e conforme certificado expedido pela Comissão de Serviços Financeiros do Estado Localizada em Road Town – Tortola nas Ilhas Virgens Britânicas, referida empresa foi dissolvida. A empresa apresentava um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 30 de junho de 2025 no valor de R\$5,2 milhões, e um contrato de mútuo a receber de sua controladora Mangels Industrial S.A. o mesmo montante. Em 30 de junho de 2025 a controladora Mangels Industrial S.A. realizou a baixa de todos os lançamentos contábeis e informa ainda que a baixa da empresa citada proporcionou um impacto positivo no resultado da Companhia no montante de R\$164 mil devido ao estorno da provisão de juros sobre mútuo realizada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e correspondentes notas explicativas, estão sendo apresentadas de forma condizente com a realidade da Companhia e que refletem

adequadamente sua posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo.

Não houve alteração na base de preparação da moeda funcional e moeda de apresentação, uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração, divulgadas nas demonstrações individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração e Conselheiros para emissão em 30 de março de 2026.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 8 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber;
- Nota Explicativa nº 12 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota Explicativa nº 14 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota Explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota Explicativa nº 25.b – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas, que não estão sujeitos a prazos prescricionais, devido a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas (sob os títulos de Controladora e Consolidado, respectivamente), estão definidas a seguir.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas por método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes (ORA) da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda Estrangeira

(i) Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compra de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente.

f. Intangível

A Companhia detém no seu quadro de ativos recursos intangíveis como softwares de desenhos de projetos de engenharia e implantação de novos processos, sistemas e licenças. O método de amortização utilizado é linear com a vida útil média de 5 anos podendo variar de acordo com a definição dos prazos dos contratos.

g. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável relacionadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos adiante, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas por redução ao valor recuperável, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerado informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido, o Grupo avalia o título de forma individualizada.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

- É altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou
- O ativo financeiro estiver vencido.
- As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são mensalmente contabilizadas por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento dos títulos a receber, estes devem ser classificados seguindo uma ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

Níveis	PECLD - Datas de Atraso	%
A	De 1 a 30 dias	1%
B	De 31 a 60 dias	3%
C	De 61 a 90 dias	5%
D	De 91 a 120 dias	10%
E	De 121 a 150 dias	20%
F	De 151 a 180 dias	30%
G	De 181 a 210 dias	40%
H	De 211 a 240 dias	50%
I	De 241 a 270 dias	60%
J	De 271 a 300 dias	70%
K	De 301 a 330 dias	80%
L	De 331 a 360 dias	90%
M	Acima de 360 dias	100%

Os valores especificados estão mencionados na Nota Explicativa nº 08 - Contas a receber de clientes.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda por redução ao valor recuperável é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

A perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que são propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu

uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que pode ser estimado de forma confiável, e é provável que um recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação.

j. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada com o cliente. A receita de vendas é reconhecida à medida em que a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

A Companhia controla a transferência do benefício através do comprovante de entrega assinado.

Nenhum desconto é concedido para os produtos faturados, não há devolução em dinheiro. Além disso, com raras exceções quando há devolução, sempre por novos produtos.

Os preços de vendas e serviços são determinados com base em acordos ou dependendo do caso contratos com os clientes.

A receita de serviços é reconhecida à medida que o serviço é prestado.

I. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos a clientes, juros de fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A controlada E.Koga & Cia Ltda - EPP, têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia vem adotando as alterações trazidas pelo CPC 32/IAS 12- a partir de 1º de janeiro de 2023. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Incentivo fiscal

A controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o

valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária (principal tomador de decisão); da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração.

q. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elabora demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação contábil suplementar.

r. Arrendamento mercantil

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito acima.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se

exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional, tais como: não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

s. FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)

A Companhia realizou uma operação de antecipação de pagamentos a fornecedores por meio de estrutura de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), na modalidade conhecida como risco sacado. Nessa operação, os títulos a pagar a fornecedores são cedidos ao fundo e/ou instituição financeira, que realiza a liquidação antecipada dos valores junto aos fornecedores, enquanto a Companhia passa a assumir a obrigação de pagamento ao FIDC nas datas originalmente pactuadas ou conforme condições renegociadas. Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13 Empréstimos e financiamentos.

Essa estrutura tem como objetivo otimizar a gestão do capital de giro, permitindo à Companhia alongar seu prazo médio de pagamento, ao mesmo tempo em que proporciona aos fornecedores a possibilidade de antecipação de seus recebíveis junto à instituição financeira vinculada ao fundo.

Dessa forma, a operação contribui para a melhoria da liquidez dos fornecedores e para o fortalecimento da cadeia de suprimentos, além de proporcionar maior eficiência na administração do fluxo de caixa da Companhia.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

As seguintes alterações em normas contábeis são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos na Companhia, a saber:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 16/CPC 06 (R2)	Alterações que acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.	Entra em vigor em 1º de janeiro 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, esta data.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.	Entra em vigor em 1º de janeiro 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, esta data.
IAS 1/CPC 26	Alterações que esclarecem aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Além disto, esclarece que apenas <i>covenants</i> a serem cumpridos em, ou antes, do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7	Alterações que esclarecem que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
IAS 21/CPC 02 (R2) CPC 37 (R1)	Alterações exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
OCPC 10/ Resolução CVM 223/24	Através da Resolução CVM 223/24, a nova orientação define critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação relacionados a: Créditos de carbono; Permissões de emissão (allowances); Créditos de descarbonização (CBIO);	Efetiva para exercícios a partir de 2025.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração está estudando se haverá impactos significativos na Companhia, a saber:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima. Dessa forma as companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)		
IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS10, IAS 7	Conjunto anual de melhorias com objetivo de ajustes menores, correções e esclarecimentos e estabelecem requisitos específicos para contratos cujo preço depende de condições naturais (ex.: geração elétrica dependente de vento ou chuva).	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.
IFRS 18	O <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB, órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada “ <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ” (IASB, 2024). Essa norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.
IFRS 19	O objetivo é permitir que subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas forneçam divulgação reduzida , desde que a controladora prepare estados financeiros conforme IFRS.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.
IAS 29	Evolução das orientações e ajustes no tratamento dos projetos sobre: Indicadores de hiper inflacionamento; Atualização de procedimentos de conversão em moedas hiperinflacionárias.	Sem vigência definida em 2025.

Reforma Tributária Internacional

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo do Pilar Dois para uma reforma tributária internacional (IAS 12 / CPC 32), as quais se aplicam a grupos multinacionais que apresentem receitas consolidadas a partir de € 750 milhões, em pelo menos dois dos últimos quatro exercícios.

Grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras deverão calcular sua alíquota efetiva em cada país onde operam, chegando em uma alíquota efetiva da jurisdição.

Quando a alíquota efetiva da jurisdição onde o grupo opera for inferior à alíquota mínima definida em 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributo sobre o lucro, referente à diferença.

Desde 2024, a Companhia está sujeita às regras do modelo Pilar Dois da OCDE na Áustria, África do Sul, Holanda, Reino Unido e Turquia, não observando impactos relevantes para estas jurisdições.

Em paralelo, o Brasil publicou a Medida Provisória 1.262, Instrução Normativa 2.228/24 e Lei 15.079/24 que instituiu o imposto adicional doméstico (“Qualified Domestic minimum top-up tax – QDMTT”) no formato de adicional de CSLL, cuja vigência se inicia a partir de 1º de janeiro de 2025, caracterizando uma adoção parcial às regras do Pilar Dois.

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia **ainda não está obrigada** ao reconhecimento contábil dos efeitos integrais do Pilar Dois, mas prossegue monitorando a regulamentação e orientações técnicas que venham a ser emitidas.

Considerando que a Companhia não se enquadra nos critérios de aplicabilidade estabelecidos pela legislação brasileira e internacional referentes ao Pilar Dois, não há impactos presentes ou esperados para as demonstrações financeiras do exercício em curso.

A administração continuará acompanhando a evolução normativa relacionada ao Pilar Dois no Brasil e internacionalmente, avaliando seus reflexos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia. Informações adicionais serão divulgadas conforme novas regulamentações sejam emitidas e os impactos se tornem mensuráveis.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Remuneração média %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos					
Em moeda nacional		21.608	1.362	23.360	2.774
Em moeda estrangeira (i)		1.160	982	1.160	982
Equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	96,5% a 100% CDI	5.003	8.840	5.585	8.840
Total		27.771	11.184	30.105	12.596

(i) O saldo de disponibilidade em conta corrente em moeda estrangeira é decorrente dos recebíveis de clientes no exterior.

Os saldos de disponibilidades em conta corrente compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) sobre operações compromissadas, com vencimentos superiores a três meses. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração média %						
Em moeda nacional						
CDB – Circulante (i)	98,38% a	CDI	4.834	27.308	7.530	42.572
CDB – Não circulante (i)	100,15%	CDI	3.344	14.879	3.344	18.908
Total			8.178	42.187	10.874	61.480

(i) A rentabilidade média em 2025 foi de 98,38% do CDI (100,15% em 2024).

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com saldo de caixa livre consolidado de R\$ 40.979, valor inferior aos R\$ 81.271 estabelecidos no aditivo do plano de recuperação judicial para acionamento do mecanismo de *cash sweep* (excedente de caixa livre), motivo pelo qual não houve destinação de caixa excedente no período. A redução do caixa livre decorre, principalmente, dos pagamentos de empréstimos efetuados em novembro de 2025, os quais impactaram de forma direta a posição final de caixa consolidado.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	30.105	12.596
Aplicações financeiras	10.874	61.480
Saldo de caixa total	40.979	74.076

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No Brasil	63.179	110.891	66.892	114.690
No Exterior	3.305	26	3.305	26
Total	66.484	110.917	70.197	114.716
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.199)	(9.198)	(4.221)	(9.208)
Total	62.285	101.719	65.976	105.508

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	55.263	93.958	58.874	97.464
de 1 a 30 dias	3.230	5.399	3.297	5.684
de 31 a 60 dias	708	338	708	338
de 61 a 90 dias	659	261	659	261
de 91 a 120 dias	548	206	548	206
de 121 a 180 dias	1.659	522	1.659	522
de 181 a 360 dias	2.092	9.913	2.122	9.913
mais de 360	2.325	320	2.330	328
Vencidos	11.221	16.959	11.323	17.252
de 1 a 30 dias	3.230	5.399	3.297	5.684
de 31 a 60 dias	708	338	708	338
de 61 a 90 dias	659	261	659	261
de 91 a 120 dias	548	206	548	206
de 121 a 180 dias	1.659	522	1.659	522
de 181 a 360 dias	2.092	9.913	2.122	9.913
mais de 360	2.325	320	2.330	328
Total	66.484	110.917	70.197	114.716

As movimentações das perdas de créditos esperada estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.768)	(3.782)
Reversões	3.611	3.611
Adições	(9.041)	(9.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9.198)	(9.208)
Reversões	9.695	9.683
Adições	(4.696)	(4.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (i)	(4.199)	(4.221)

(i) Do montante consolidado líquido de 2024 de R\$ 9.208 mais as movimentações das reversões e adições de 2025 no montante líquido de R\$ R\$4.987, R\$ 9.683 se refere a reversão de PECLD, sendo a principal reversão(baixa) ocorrida em fevereiro de 2025 no valor de R\$ 7.993 referente a títulos de cliente de sucata que não é classe A, e que a Companhia está promovendo a cobrança legal. R\$ 4.696 se refere a provisão de PECLD durante o ano e que a Companhia está providenciando a cobrança dos títulos em aberto. Esclarece-se que a provisão dos títulos que foram baixados do cliente sucata, foi realizada no exercício anterior e não impactou no resultado de 2025, influenciando somente a reversão da provisão dos títulos e o lançamento para perda efetiva na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais" – Nota Explicativa nº 23.

A seguir os valores provisionados para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	(90)	(54)	(91)	(56)
De 31 a 60 dias	(26)	(10)	(26)	(10)
De 61 a 90 dias	(34)	(13)	(34)	(13)
De 91 a 120 dias	(55)	(21)	(55)	(21)
De 121 a 150 dias	(310)	(83)	(310)	(83)
De 151 a 180 dias	(33)	(32)	(33)	(32)
De 181 a 210 dias	(252)	(35)	(252)	(35)
De 211 a 240 dias	(131)	(132)	(147)	(132)
De 241 a 270 dias	(112)	(160)	(112)	(160)
De 271 a 300 dias	(197)	(60)	(197)	(60)
De 301 a 330 dias	(199)	(92)	(199)	(92)
De 331 a 360 dias	(435)	(8.185)	(435)	(8.185)
Acima de 360 dias	(2.325)	(321)	(2.330)	(329)
Total	(4.199)	(9.198)	(4.221)	(9.208)

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	24.121	17.849	28.434	22.493
Produtos em processo	41.022	40.494	41.112	40.665
Matérias-primas	42.657	49.016	54.664	54.505
Materiais auxiliares	20.972	15.008	21.486	15.392
(-) Perdas estimadas com estoques	(4.411)	(7.152)	(4.699)	(7.440)
Total	124.361	115.215	140.997	125.615

As perdas esperadas nos estoques em 31 de dezembro de 2025, apresentam a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.594)	(6.663)
Adição de perdas estimadas nos estoques	(558)	(777)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.152)	(7.440)
Reversão de perdas estimadas nos estoques	2.741	2.741
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (i)	(4.411)	(4.699)

(i) A Companhia revisa periodicamente o valor de seus estoques, considerando fatores como obsolescência, deterioração, lentidão de giro, preços de reposição e valor líquido de realização. Com base nessa análise, a Administração constituiu provisão para perdas esperadas, que reflete, de forma adequada, os riscos identificados na realização dos estoques. A Companhia entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas, considerando as condições atuais de mercado, o histórico de realização dos estoques e as melhores estimativas disponíveis na data das demonstrações financeiras.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

a. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS (i)	32.787	30.501	32.922	30.690
ICMS (ii)	5.478	8.141	5.480	8.141
REINTEGRA (iii)	-	-	2.695	-
Total	38.265	38.642	41.097	38.831
Circulante	18.239	23.433	19.574	23.622
Não circulante	20.026	15.209	21.523	15.209

(i) Do montante consolidado de R\$ 32.922 referente a créditos de PIS e COFINS, R\$ 20.283 (R\$ 27.055 em 31 de dezembro de 2024) correspondem a saldo a compensar decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado no ano-calendário de 2019. Tais decisões reconheceram o direito da Companhia e de sua incorporada, Mangels Indústria e Comércio Ltda., de excluir da base de cálculo do PIS e da COFINS o valor do ICMS destacado nas notas fiscais de operações sujeitas à incidência dessas contribuições, a partir de fevereiro de 2002 para o PIS e fevereiro de 2004 para a COFINS. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.111 referiam-se a saldo credor ressarcível. Desde o primeiro trimestre até o quarto trimestre de 2025 promoveu a utilização parcial do crédito judicial, no valor de R\$ 9.340, por meio de compensações com contribuições previdenciárias e demais tributos federais. Houve, ainda, a atualização do referido crédito judicial pela taxa SELIC, totalizando R\$ 8.883 em movimentação no período.

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado relacionadas à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As ações foram

ajuizadas antes de 15 de março de 2017 e abrangem períodos entre novembro de 1992 e janeiro de 2004.

No ano-calendário de 2020, após a Receita Federal do Brasil (RFB) habilitar os créditos reconhecidos judicialmente, a Companhia registrou apenas o montante apurado com base na exclusão do ICMS pago, em conformidade com o entendimento então vigente da Solução de Consulta Interna Cosit nº 13/2018.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu definitivamente que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições é o ICMS destacado, decisão que não sofreu modulação para ações ajuizadas antes de 15 de março de 2017, como é o caso da Companhia. Eliminadas as dúvidas sobre a metodologia de cálculo, foi reconhecido o complemento do crédito decorrente da exclusão do ICMS destacado.

Em maio de 2021 foram reconhecidas duas ações judiciais e, em dezembro de 2021, a ação referente ao período de novembro de 1992 a janeiro de 2004.

Com essas decisões favoráveis, foram registrados efeitos positivos no resultado de 2020, referentes à exclusão do ICMS pago, e de 2021, referentes à exclusão do ICMS destacado. Os valores reconhecidos contabilmente totalizaram R\$ 200.261, conforme tabela a seguir:

Tributo – Período do crédito	2021 (R\$)	2020 (R\$)	Total (R\$)
PIS e COFINS – 02/2002 a 10/2011 (PIS), 02/2004 a 10/2011 (COFINS) e 11/1992 a 01/2004 (COFINS) (a)	149.469	37.256	186.725
PIS e COFINS – 11/2011 em diante	12.760	776	13.536
Total	162.229	38.032	200.261

a. Os créditos reconhecidos vêm sendo utilizados por meio de compensação, conforme legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente registrado no ativo era de R\$ 20.283 (R\$ 27.055 em 31 de dezembro de 2024). Além dos créditos já reconhecidos e compensáveis, permanece em andamento a ação judicial referente exclusivamente ao período de novembro de 1992 a janeiro de 2004, cujo trânsito em julgado ocorreu em maio de 2019. Devido à antiguidade dos documentos, a Companhia optou pela execução da sentença na Justiça Federal, com solicitação de nomeação de Perito Judicial para elaboração dos cálculos. Somente após a homologação judicial o crédito se tornará líquido e certo, possibilitando restituição ou compensação. Com base nos documentos disponíveis, a Companhia estima em R\$ 11.519 o valor do crédito relativo ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2004. Para o período de novembro de 1992 a dezembro de 1999, a apuração ficará integralmente a cargo do Perito Judicial, dada a indisponibilidade de documentação hábil.

(ii) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos com regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT nº 1 de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

(iii) A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado que reconheceu o direito à apuração de créditos de Reintegra sobre receitas de vendas destinadas à Zona Franca de Manaus (ZFM), em razão de sua equiparação à exportação, totalizando o valor de R\$ 3.227. O crédito foi devidamente habilitado perante a Secretaria da Fazenda em 07/07/2025, encontrando-se apto à utilização. A Companhia mantém controles e documentação comprobatória relativos ao processo judicial, à habilitação do crédito e à sua utilização.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre atualização indébitos (i)	14.186	11.700	14.186	11.700
IRPJ e CSLL	1.400	667	1.429	667
Total	15.586	12.367	15.615	12.367
Circulante	15.586	667	15.615	667
Não circulante	-	11.700	-	11.700

(i) Trata-se de valor referente a processo de IRPJ e CSLL sobre atualização de indébito competência junho de 2021 de valores pagos sobre a atualização do crédito de PIS e COFINS referente a exclusão do ICMS da base de cálculo. A Companhia obteve êxito em 31/07/2025, quando transitou em julgado a decisão favorável no processo judicial que discutia a inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores correspondentes à atualização monetária pela taxa Selic aplicada aos indébitos tributários. Em razão dessa decisão, a Companhia pretende realizar a compensação dos créditos tributários reconhecidos, observadas as disposições legais aplicáveis, em prazo estimado de até 12 meses.

11. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua. A composição acionária está demonstrada na Nota Explicativa nº 2.

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas está demonstrada a seguir:

	Controladora			Total
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.482	4.120	533	42.135
Equivalência patrimonial	7.402	467	1.997	9.866
Variação cambial sobre investimentos	-	1.150	-	1.150
Distribuição de lucros (i)	(8.411)	-	-	(8.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	36.473	5.737	2.530	44.740
Equivalência patrimonial	9.639	-	1.675	11.314
Variação cambial sobre investimentos	-	(517)	-	(517)
Distribuição de lucros (ii)	(12.378)	-	(3.018)	(15.396)
Baixa da empresa por dissolução (iii)	-	(5.220)	-	(5.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	33.734	-	1.187	34.921

(i) Os valores distribuídos foram para quitar o conta corrente que a Mangels Industrial S.A. possuía com as empresas controladas. Não houve desembolso de caixa e somente encontro de contas para quitação com as partes relacionadas. Vide Nota Explicativa no 18 – Partes relacionadas.

(ii) Os valores de distribuição de lucros foram enviados à Controladora para otimizar a gestão financeira e garantir uma alocação eficiente dos recursos.

(iii) O valor do investimento na empresa Mangels International Corporation foi baixado devido a dissolução da empresa conforme divulgado na Nota Explicativa nº 02 – Relação de Entidades Controladas e Nota Explicativa nº 18 – Partes relacionadas.

Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. – EPP
Ativo circulante	32.038	-	1.553
Ativo não circulante	7.634	-	1.594
Total do ativo	39.672	-	3.147
Passivo circulante	2.436	-	1.652
Passivo não circulante	3.502	-	308
Total do passivo	5.938	-	1.960
Patrimônio líquido	33.734	-	1.187
Lucro líquido do exercício	9.639	-	1.675

	31/12/2024		
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. – EPP
Ativo circulante	36.833	5.737	3.305
Ativo não circulante	6.377	-	1.555
Total do ativo	43.210	5.737	4.860
Passivo circulante	2.267	-	1.655
Passivo não circulante	4.470	-	675
Total do passivo	6.737	-	2.330
Patrimônio líquido	36.473	5.737	2.530
Lucro líquido do exercício	7.402	467	1.997

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da Companhia no capital - % Direta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99
E.Koga e Cia Ltda. – EPP	12	99,99

	31/12/2024			
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da Companhia no capital - % Direta	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	36.473	7.402
Mangels International Corporation	20	100,00	5.737	467
E. Koga e Cia Ltda. – EPP	12	99,99	2.530	1.997

12.IMOBILIZADO

	Controladora								
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento (ii)	Direito de uso Aluguéis (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.044	21.583	103.484	96	702	121	15.187	1.341	146.558
Aquisição	-	-	(338)	-	-	-	30.028	58	29.748
Baixas – Custo	-	-	(4.291)	(19)	-	-	-	-	(4.310)
Baixas – Depreciação	-	-	20	19	-	-	-	-	39
Transferência	-	989	14.209	35	132	-	(15.365)	-	-
Depreciação	-	(1.091)	(18.741)	(37)	(106)	-	-	(389)	(20.364)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.044	21.481	94.343	94	728	121	29.850	1.010	151.671
Custo total	4.044	47.678	379.244	558	10.225	121	29.850	2.963	474.683
Depreciação acumulada	-	(26.197)	(284.901)	(464)	(9.497)	-	-	(1.953)	(323.012)
Valor residual	4.044	21.481	94.343	94	728	121	29.850	1.010	151.671
Aquisição	-	-	-	-	-	-	52.865	2.334	55.199
Baixas – Custo (iii)	-	-	(6.511)	-	-	-	-	-	(6.511)
Baixas – Depreciação	-	-	62	-	-	-	-	-	62
Transferência	-	859	18.143	12	337	42	(19.393)	-	-
Depreciação	-	(1.117)	(18.860)	(41)	(130)	-	-	(449)	(20.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.044	21.223	87.177	65	935	163	63.322	2.895	179.824
Custo total	4.044	48.537	390.876	570	10.562	163	63.322	5.297	523.371
Depreciação acumulada	-	(27.314)	(303.699)	(505)	(9.627)	-	-	(2.402)	(343.547)
Valor residual	4.044	21.223	87.177	65	935	163	63.322	2.895	179.824
Taxa anual média de depreciação %		3%	9%	20%	10%	-	-	20%	-
Vida útil (em anos)		de 10 a 40	De 10 a 40	5	10	-	-	de 3 a 10	-

(i) A vida útil é definida de acordo com os prazos dos contratos.

(ii) Os imobilizados em andamento da Companhia estão compostos basicamente por máquinas e equipamentos novos que não estão prontos para uso, ferramentais, melhorias, adequações e restauração de máquinas e equipamentos. A conclusão desses ativos e entrada em operação está prevista até o final de 2026.

(iii) O montante de R\$6.449 refere-se à baixa de custo na venda de ferramental (vide linha Custo na Venda de Ativo da Nota Explicativa nº 23).

Consolidado									
	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento (ii)	Direito de uso Aluguéis (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.079	25.984	104.702	97	779	121	16.167	1.896	153.825
Aquisição	-	-	(338)	-	-	-	30.601	58	30.321
Baixas – custo	-	-	(4.292)	(19)	-	-	-	-	(4.311)
Baixas – depreciação	-	-	20	19	-	-	-	-	39
Transferência	-	1.370	14.829	35	166	-	(16.400)	-	-
Depreciação	-	(1.280)	(19.068)	(37)	(122)	-	-	(499)	(21.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.079	26.074	95.853	95	823	121	30.368	1.455	158.868
Custo total	4.079	55.901	391.615	584	10.515	121	30.368	3.991	497.174
Depreciação acumulada	-	(29.827)	(295.762)	(489)	(9.692)	-	-	(2.536)	(338.306)
Valor residual	4.079	26.074	95.853	95	823	121	30.368	1.455	158.868
Aquisição	-	-	17	-	-	-	53.300	2.334	55.651
Baixas – custo (iii)	-	-	(6.511)	-	-	-	-	-	(6.511)
Baixas – depreciação	-	-	62	-	-	-	-	-	62
Transferência	-	859	18.376	12	337	42	(19.626)	-	-
Depreciação	-	(1.308)	(19.205)	(41)	(146)	-	-	(560)	(21.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.079	25.625	88.592	66	1.014	163	64.042	3.229	186.810
Custo total	4.079	56.760	403.498	596	10.851	163	64.042	6.325	546.314
Depreciação acumulada	-	(31.135)	(314.906)	(530)	(9.837)	-	-	(3.096)	(359.504)
Valor residual	4.079	25.625	88.592	66	1.014	163	64.042	3.229	186.810
Taxa anual média de depreciação %		3%	9%	20%	10%	-	-	19%	-
Vida útil (em anos)		de 10 a 40	De 10 a 40	5	10	-	-	de 3 a 10	

(i) A vida útil é definida de acordo com os prazos dos contratos.

(ii) Os imobilizados em andamento da Companhia estão compostos basicamente por máquinas e equipamentos novos que não estão prontos para uso, ferramentais, melhorias, adequações e restauração de máquinas e equipamentos. A conclusão desses ativos e entrada em operação está prevista até o final de 2026.

(III) O montante de R\$ 6.449 refere-se à baixa de custo na venda de ferramental (vide linha Custo na Venda de Ativo da Nota Explicativa nº 23).

O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios, equipamentos e instalações.

O imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 5.398 está vinculado como garantia para os empréstimos do Banco da Amazônia S.A. e o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Três Corações, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 174.478 está vinculado como garantia para os empréstimos bancários (Nota Explicativa nº 13 – Empréstimos e Financiamentos). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor contábil desses ativos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

			Controladora		Consolidado	
	Juros % a.a.	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional						
Credores com garantia real						
Banco da Amazônia S.A. (ii)	10%	Jul/29	-	-	4.680	5.851
Credores quirografários (iii)						
Banco Bradesco S.A.	CDI + 0,5%	Nov/26	100.659	100.422	100.659	100.422
Banco Itaú BBA S.A.			86.019	85.815	86.019	85.815
Caixa Econômica Federal			8.973	8.952	8.973	8.952
Banco Safra S.A.			11.098	11.072	11.098	11.072
Banco do Brasil S.A.			93.970	93.747	93.970	93.747
Operações com Fundos de Investimento em						
Direitos Creditórios (FIDC) (iv)						
Banco Daycoval S.A.			12.742	-	12.742	-
Total em moeda nacional			313.461	300.008	318.141	305.859
Moeda estrangeira						
Credores com garantia real (i)						
DEG - Deutsche Investitions - Und	5%	Nov/25				
Entwicklungsgesellschaft MbH			-	24.973	-	24.973
FMO - Nederlandse Financierings Maatschappij						
Voor Ontwikkelingslanden N.V.			-	48.363	-	48.363
Credores quirografários (iii)						
Banco Bradesco S.A. - crédito em US\$	SOFR +2,55%	Nov/26	190.762	224.125	190.762	224.125
FIDC Blackpartners Miruna NP - crédito em US\$			25.332	29.746	25.332	29.746
Total em moeda estrangeira			216.094	327.207	216.094	327.207
Total dos empréstimos e financiamentos			529.555	627.215	534.235	633.066
Circulante			529.555	104.491	530.883	105.872
Não circulante			-	522.724	3.352	527.194

Os empréstimos não possuem cláusulas restritivas ou covenants.

(i) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e a extensão dos seus vencimentos foi concluída com sucesso, encontrando-se resolvida a situação divulgada nos trimestres anteriores. Em 16 de dezembro de 2024, mediante assinatura do Acordo para Extensão de Vencimento e documentos dele decorrentes, foram reconhecidos e quitados os pagamentos parciais realizados em 2024, bem como fixadas novas datas dos pagamentos finais, sendo a primeira de 15 de maio de 2025 e, a última, em 15 de novembro de 2025. As garantias reais vigentes atreladas aos empréstimos e financiamentos em questão estão devidamente divulgadas na Nota explicativa nº 12 "Imobilizado".

(ii) O empréstimo do Banco da Amazônia S/A tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 5.398.

(iii) Credores quirografários referem-se ao acordo de recuperação judicial encerrada em 2017. O principal e os juros são amortizados semestralmente, conforme condições pré-estabelecida no referido acordo.

(iv) A Companhia celebrou convênio para antecipação de pagamentos a fornecedores, por meio de estrutura de cessão de créditos a fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), no qual os fornecedores podem antecipar o recebimento de seus créditos junto à Companhia. Nesse arranjo, os créditos cedidos ao fundo são representados por duplicatas e/ou notas promissórias decorrentes de operações comerciais. Considerando as características da operação, quando da liquidação dos títulos junto aos fornecedores ocorreu a baixa dos respectivos saldos registrados na rubrica de fornecedores, com o reconhecimento de obrigação financeira correspondente no grupo de empréstimos e financiamentos da Companhia. As operações foram contratadas em moeda corrente nacional, com prazo médio de liquidação de aproximadamente 60 dias e taxa média de 1,44% ao mês, tendo como garantia recebíveis da Companhia. A Administração entende que essa estrutura contribuiu para a adequada gestão do capital de giro e para a manutenção da liquidez da Companhia no período.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	606.559	613.580
(-) Pagamentos de principal(i)	(67.563)	(68.680)
(-) Pagamento de juros (i)	(45.943)	(46.581)
Variação cambial	77.349	77.349
Provisão de juros	56.813	57.398
Saldo em 31 de dezembro de 2024	627.215	633.066
Captação	12.333	12.333
(-) Pagamentos de principal(i)	(88.240)	(89.357)
(-) Pagamentos de juros (i)	(45.003)	(45.529)
Variação cambial	(37.839)	(37.839)
Provisão de juros	61.089	61.561
Saldo em 31 de dezembro de 2025	529.555	534.235

(i) Para efeito de fluxo de caixa os pagamentos do principal e dos juros estão sendo apresentados na atividade de financiamento.

A seguir estão demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	104.491	-	105.872
2026	529.555	522.724	530.883	523.841
2027 em diante	-	-	3.352	3.353
Total	529.555	627.215	534.235	633.066

14.PASSIVO DE ARRENDAMENTO

O passivo de arrendamento refere-se aos contratos de arrendamento do imóvel utilizado pelo Escritório Administrativo em São Bernardo do Campo, da planta da E. Koga em Araucária, bem como dos veículos e equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Os contratos de arrendamento de veículos possuem prazo de 36 meses, enquanto os contratos relativos aos imóveis têm prazo de 120 meses. Todos os arrendamentos são mensurados a valor presente, em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A recuperação de PIS e Cofins incidente sobre essas operações ocorre na liquidação das contraprestações, conforme previsto na legislação tributária aplicável.

Controladora					
31/12/2025					
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Juros	Adição	Transferência Não Circulante x Circulante
Circulante	429	(951)	162	825	688
Não circulante	792	-	-	1.859	(688)
Total	1.221	(951)	162	2.684	-

Controladora					
31/12/2024					
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Juros	Adição	Transferência Não Circulante x Circulante
Circulante	380	(493)	108	19	415
Não circulante	1.168	-	-	39	(415)
Total	1.548	(493)	108	58	-

Consolidado						
31/12/2025						
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Juros	Adição	Transferência Não Circulante x Circulante	Saldo final
Circulante	547	(1.106)	198	825	816	1.280
Não circulante	1.206	-	-	1.859	(816)	2.249
Total	1.753	(1.106)	198	2.684	-	3.529

Consolidado						
31/12/2024						
	Saldo inicial	Pagamentos principal	Juros	Adição	Transferência Não Circulante x Circulante	Saldo final
Circulante	489	(648)	154	19	533	547
Não circulante	1.700	-	-	39	(533)	1.206
Total	2.189	(648)	154	58	-	1.753

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa nominal de juros incremental de 8% ao ano, na sua adoção inicial em 2020 e permaneceu sem alteração em 2025. A seguir estão demonstrados os arrendamentos por data de vencimento.

	Controladora	Consolidado
2026	1.153	1.280
2027	1.233	1.370
2028 em diante	730	879
Total	3.116	3.529

15.FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional	68.049	45.100	68.595	45.295
Moeda estrangeira	2.751	531	2.751	531
Total	70.800	45.631	71.346	45.826

A seguir estão demonstrados os fornecedores por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer				
de 01 a 30 dias	64.455	43.329	65.001	43.465
de 31 a 60 dias	1.518	1.824	1.518	1.881
de 61 a 90 dias	856	145	856	147
de 91 a 120 dias	2.772	149	2.772	149
de 121 a 180 dias	1.185	91	1.185	91
de 181 a 360 dias	14	93	14	93
Total (i)	70.800	45.631	71.346	45.826

(i) Aumento na aquisição de matéria-prima devido ao incremento na produtividade e à formação de um estoque estratégico.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DISCUSSÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

A seguir demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas e previdenciárias	3.634	3.201	7.011	3.640
Tributárias	1.369	2.928	-	-
Cíveis	149	122	1.753	917
Total	5.152	6.251	8.764	4.557

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas e previdenciárias	3.635	3.209	7.033	3.901
Tributárias	1.973	3.532	-	-
Cíveis	149	122	1.753	917
Total	5.757	6.863	8.786	4.818

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.874	717	4.591
Reclassificações	(123)	-	(123)
Adições	1.445	200	1.645
Pagamentos	(920)	-	(920)
Reversão (ii)	(311)	-	(311)
Atualização (i)	(325)	-	(325)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.640	917	4.557
Adições	3.699	711	4.410
Pagamentos	(184)	-	(184)
Reversão (ii)	(15)	-	(15)
Atualização (i)	(129)	125	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.011	1.753	8.764

	Consolidado		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.258	717	4.975
Reclassificações	(123)	-	(123)
Adições	1.706	200	1.906
Pagamentos	(920)	-	(920)
Reversão (ii)	(462)	-	(462)
Atualização (i)	(558)	-	(558)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.901	917	4.818
Adições	3.699	711	4.410
Pagamentos	(184)	-	(184)
Reversão (ii)	(15)	-	(15)
Atualização(i)	(368)	125	(243)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.033	1.753	8.786

(i) Atualização do valor envolvido no processo decorrente do andamento processual, das decisões proferidas nos processos, da análise do departamento jurídico e dos advogados externos;

(ii) Refere-se à baixa da provisão de contingência por arquivamento do processo.

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme a seguir:

Trabalhistas e previdenciárias – são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros.

Riscos classificados como possíveis – A Companhia é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis cujo prognóstico de perda é avaliado como possível, conforme opinião de seus assessores legais externos e do jurídico interno da Companhia, e com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é de R\$ 65.170 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 63.804 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir são demonstradas as principais causas com riscos de perda classificadas como possível pelos assessores jurídicos:

a. Tributárias

IPI – Compensações de créditos presumidos de IPI dos anos de 1996, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007, 2008, 2009, 2012 e 2013, não homologados pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado é de R\$ 45.402 (R\$ 43.594 em 31 de dezembro de 2024).

Salário-Educação – Discute-se a imposição de multa em razão do não recolhimento das contribuições de segurados a seu serviço; a imposição de multa em razão da não correção de arquivos digitais apresentados; e da não apresentação de documentos contábeis solicitados em procedimento de apuração fiscal; a exigência de contribuições, destinadas ao salário-educação (FNDE), incidentes sobre valores apurados em aferição indireta, arbitrados com base em diferenças entre valores identificados nas Declarações de Imposto de Renda (DIPJ) e na Folha de Salários, atinentes aos anos de 2002, 2003, 2004 e 2006. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 955, valor que se manteve inalterado desde 31 de dezembro de 2024.

CSLL – Discute-se da homologação de créditos decorrentes de saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2004, 2005 e 2006. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 13.333, (R\$ 13.189 em 31 de dezembro de 2024).

PIS/COFINS – Compensações de créditos presumidos de PIS e COFINS no período de janeiro a novembro de 2002, 1º trimestre de 2006, 3º trimestre de 2008. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 2.316, valor que se manteve inalterado desde 31 de dezembro de 2024.

b. Cível

A Companhia é parte em ação cível, perfazendo o montante de R\$ 200 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2024).

c. Trabalhista

A Companhia é parte em ações movidas por ex-funcionários pleiteando entre outras verbas, horas extras, periculosidade, insalubridade, intervalo intrajornada, danos materiais e morais, perfazendo o montante de R\$ 2.964 atualizado até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.448 em 31 de dezembro de 2024).

17. SALÁRIOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	4.347	3.865	4.467	3.992
Provisão participação lucros (i)	8.231	5.620	8.509	5.751
Férias a pagar	11.773	11.191	12.045	11.506
Outros	529	447	546	447
Total	24.880	21.123	25.567	21.696

(i) São elegíveis os colaboradores ativos no período do ano, sendo que os aprendizes recebem 50% do valor. As metas são definidas em 40% relacionado ao resultado operacional da Companhia e os 60% relacionado a metas departamentais dos negócios de rodas e aços. É concedido um adiantamento de 50% pagos em setembro de 2025, conforme apuração parcial dos resultados e os outros 50% serão pagos em março de 2026.

18. PARTES RELACIONADAS

Transações com empresas consolidadas	Passivo circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Mangels International Corporation (i)	-	5.737
Controladora	-	5.737

(i) A Companhia informa que, devido a inatividade da empresa Mangels International Corporation e conforme certificado expedido pela Comissão de Serviços Financeiros do Estado localizada em Road Town – Tortola nas Ilhas Virgens Britânicas, referida empresa foi dissolvida. A empresa apresentava um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 30 de junho de 2025 no montante de R\$5,2 milhões, e um contrato de mútuo a receber de sua controladora Mangels Industrial S.A. no mesmo montante. Em 30 de junho de 2025 a controladora Mangels Industrial S.A. realizou a baixa de todos os lançamentos contábeis e informa ainda que a baixa da empresa citada proporcionou um impacto positivo no resultado da Companhia no valor de R\$164 mil devido ao estorno da provisão de juros sobre mútuo realizada no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos acima apresentados são contratos de conta corrente entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S.A., sem prazo para liquidação ou atualização monetária.

	Ativo circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Consolidado e Controladora		
Tecnopar	668	514
Mangels S.A.	89	90
Shorewood	14	14
(-) Prov. perdas outras receitas operacionais	(771)	(618)
Total	-	-

Os saldos acima apresentados referem-se a conta corrente para pagamento de pequenas despesas, pois as empresas relacionadas não têm geração de caixa.

a. Remuneração das pessoas chave da administração – Consolidado

As pessoas chave da administração incluem os conselheiros e diretores. O valor da remuneração paga ou a pagar, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7.061 (R\$ 5.807 em 31 de dezembro de 2024).

19.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 171.273, representados por 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

As ações preferenciais não resgatáveis não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2025					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Mangels S.A.	1.377.116	66,62	38	-	1.377.154	23,81
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
RS Assets Ltda.	688.556	33,31	17	-	688.573	11,91
Organon Master Fia	-	-	500.000	13,46	500.000	8,65
André Ricardo Beim	-	-	341.700	9,20	341.700	5,91
Clube de Investimento Valore	-	-	291.500	7,84	291.500	5,04
Lithium Fia IE	-	-	200.000	5,38	200.000	3,46
Outros	1.547	0,07	1.500.765	40,39	1.502.312	25,97
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

	31/12/2024					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Mangels S.A.	1.377.116	66,62	38	-	1.377.154	23,81
Robert Max Mangels	24	-	881.949	23,73	881.973	15,25
RS Assets Ltda.	688.556	33,31	17	-	688.573	11,91
Organon Master Fia	-	-	492.000	13,24	492.000	8,51
José Antônio Bortoluzzo Netto	-	-	400.000	10,76	400.000	6,92
André Ricardo Beim	-	-	337.800	9,09	337.800	5,84
Clube de Investimento Valore	-	-	333.800	8,98	333.800	5,77
Outros	1.547	0,07	1.270.365	34,20	1.271.912	21,99
Total	2.067.243	100,00	3.715.969	100,00	5.783.212	100,00

b. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei nº 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos pela Companhia.

c. Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendada pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva registra a parcela de subvenção governamental reconhecida no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Consequentemente, não entra na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

e. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2025 havia em circulação no mercado, 1.547 ações ordinárias e 2.833.965 ações preferenciais representando 49,03% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,07% das ações ordinárias e 76,27% das ações preferenciais.

20.RESULTADO POR AÇÃO

O quadro adiante apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2025		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	16.129	31.893	48.022
Resultado atribuível aos acionistas	16.129	31.893	48.022
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações - R\$	7,8024	8,5826	8,3037
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

	31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(13.964)	(27.611)	(41.575)
Resultado atribuível aos acionistas	(13.964)	(27.611)	(41.575)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações - R\$	(6,7549)	(7,4304)	(7,1889)
Quantidade média das ações ponderadas no período	2.067.243	3.715.969	5.783.212

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferencias e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

21.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025			31/12/2025		
	Venda	Serviços	Total	Venda	Serviços	Total
Receita Bruta	1.205.780	113	1.205.893	1.280.142	7.859	1.288.001
Impostos e taxas sobre vendas	(219.797)	(3)	(219.800)	(221.009)	(158)	(221.167)
Cancelamentos e descontos	(3.114)	-	(3.114)	(3.226)	-	(3.226)
Receita líquida (i)	982.869	110	982.979	1.055.907	7.701	1.063.608

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024			31/12/2024		
	Venda	Serviços	Total	Venda	Serviços	Total
Receita Bruta	1.045.720	61	1.045.781	1.135.990	8.646	1.144.636
Impostos e taxas sobre vendas	(191.977)	(2)	(191.979)	(193.162)	(174)	(193.336)
Cancelamentos e descontos	(3.151)	-	(3.151)	(3.262)	-	(3.262)
Receita líquida	850.592	59	850.651	939.566	8.472	948.038

(i) Em relação ao aumento da receita líquida no montante de R\$ 115.6 milhões (consolidado), o segmento de rodas foi o principal responsável pela tendência positiva nas vendas anunciada no cenário econômico para 2025. Essa eficiência operacional é fruto de medidas que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação e na melhoria dos processos produtivos, evidenciando seu compromisso com a otimização de recursos e a busca constante por resultados sustentáveis.

22.CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas consumidas	(584.936)	(499.996)	(643.532)	(574.089)
Despesas com pessoal	(163.087)	(150.133)	(171.682)	(158.403)
Depreciação e amortização	(21.052)	(20.769)	(21.715)	(21.411)
Despesa com frete	(1.570)	(1.208)	(1.873)	(1.498)
Despesa com energia	(67.454)	(64.895)	(67.896)	(65.362)
Materiais/Manutenção	(33.931)	(28.450)	(34.561)	(29.100)
Serviços de terceiros	(27.051)	(17.848)	(27.867)	(18.686)
Outros custos, despesas e receitas	(13.737)	(13.244)	(14.824)	(14.273)
Despesa por natureza	(912.818)	(796.543)	(983.950)	(882.822)
Custo das mercadorias vendidas	(861.710)	(752.143)	(928.369)	(834.552)
Com vendas	(10.410)	(9.830)	(11.225)	(10.525)
Gerais e administrativas	(40.698)	(34.570)	(44.356)	(37.745)
Despesas por função	(912.818)	(796.543)	(983.950)	(882.822)

23.OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais				
Receita de impostos (extemporâneos) (i)	458	4.364	2.416	4.364
Receita de venda de ativos (iii)	9.458	9.907	9.458	9.907
Benefício IRPJ – SUDAM	-	-	1.240	1.524
Outras receitas	1.258	1.284	1.255	1.289
Baixa de contingência (prescrição)	15	311	15	462
Subtotal	11.189	15.866	14.384	17.546
Outras despesas operacionais				
Despesas com recuperação judicial	-	(344)	-	(344)
Custo na venda de ativos	(6.449)	(4.271)	(6.449)	(4.272)
Multas diversas	(493)	-	(495)	-
Estorno (provisão) de honorários advocatícios	(80)	(409)	(403)	(409)
Outras despesas manutenção fábrica SBC (ii)	(1.459)	(1.333)	(1.459)	(1.333)
Estorno (provisão) para contingências trabalhistas e tributárias (iv)	(4.406)	(1.320)	(4.167)	(1.348)
Encargos de parcelamentos	-	(8)	-	(8)
Outras despesas (v)	(11.919)	(6.281)	(11.972)	(6.355)
Subtotal	(24.806)	(13.966)	(24.945)	(14.069)
Total	(13.617)	1.900	(10.561)	3.477

(i) R\$ 4.364 refere-se a recálculo do Crédito da Ação da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da COFINS.

(ii) Refere-se a despesas de manutenção da antiga unidade fabril de São Bernardo do Campo de colaboradores que estão afastados.

(iii) Refere-se a receita na venda de ferramental em que o custo está mencionado na Nota Explicativa nº 12.

(iv) Constituição em 2025 de provisão para contingências trabalhistas, para garantir a cobertura adequada de possíveis riscos e despesas futuras.

(v) R\$ 7.993 refere-se a baixa definitiva dos títulos de um cliente de sucata que não é classe A e que a Companhia está promovendo a cobrança legal (Nota Explicativa nº 08). A provisão foi realizada no exercício anterior e não impactou no resultado de 2025, influenciando somente a reversão da provisão para perda de crédito esperada. Outros R\$ 2.650 se refere a provisão do custo referente a venda de ferramental.

24.RESULTADO FINANCEIRO

a. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre aplicações financeiras	3.093	5.709	4.514	6.866
Descontos obtidos	38	1.005	117	1.216
Juros ativos	263	140	289	151
Atualização de crédito tributário (i)	6.713	1.976	8.086	1.976
Outras receitas	13	25	13	79
Total	10.120	8.855	13.019	10.288

(i) Do total de R\$ 8.086 no consolidado, R\$ 7.712 referem-se à atualização pela taxa Selic aplicada aos créditos a restituir de IRPJ e CSLL pagos indevidamente sobre indébito (créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins), bem como à atualização do crédito do Reintegra, considerando a equiparação das vendas destinadas à Zona Franca de Manaus às exportações brasileiras. Os R\$ 374 restantes correspondem à atualização do saldo do crédito relativo à exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins e à atualização incidente sobre valores de IPI ressarcidos.

b. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tarifas bancárias	(1.263)	(298)	(1.270)	(306)
Juros sobre empréstimos	(61.089)	(56.813)	(61.561)	(57.398)
Juros passivos	(334)	(1.600)	(337)	(1.603)
Outras despesas	(7.249)	(5.004)	(7.463)	(4.744)
Total	(69.935)	(63.715)	(70.631)	(64.051)

c. Variações monetárias e cambiais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variações monetárias e cambiais Ativas (ii)	39.592	5.598	39.589	5.598
Variações monetárias e cambiais Passivas (iii)	(4.345)	(80.021)	(4.345)	(80.021)
Variações monetárias e cambiais	35.247	(74.423)	35.244	(74.423)

(ii) Do total de R\$39.592, R\$ 37.839 referem-se à variação cambial dos empréstimos e financiamentos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13. Essa variação ocorreu devido a redução da taxa do dólar durante o ano de 2025.

(iii) Do total de R\$ 80.021, R\$ 77.349 referem-se à variação cambial dos empréstimos e financiamentos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13. Essa variação ocorreu devido ao aumento da taxa do dólar durante o ano de 2024.

25.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço – alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12 de 17/07/2009 IASB 12, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	48.289	(68.839)	51.716	(64.919)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.314)	(9.866)	-	-
Resultado após a exclusão do resultado da Equivalência patrimonial	36.975	(78.705)	51.716	(64.919)
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social as alíquotas oficiais	(12.571)	26.760	(17.583)	22.072
Ajuste dos encargos a taxa efetiva				
Diferido constituído sobre diferenças temporárias IRPJ e CSLL diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa CSLL	2.520	2.026	2.521	2.026
Despesas não dedutíveis	9.024	(939)	9.024	(939)
Redução IRPJ - Sudam (25.c)	708	(615)	1.823	(619)
PAT	-	-	422	518
Ajuste imposto de renda e contribuição social presumido	34	20	61	46
Outros	-	-	(27)	20
	18	12	65	220
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(267)	27.264	(3.694)	23.344
Corrente	(1.786)	(1.083)	(5.230)	(5.078)
Diferido	1.519	28.347	1.536	28.422
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	0,72%	34,64%	7,14%	35,96%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece créditos e débitos tributários, que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para obsolescência de estoque, aluguéis, variação cambial, prejuízos fiscais e bases negativas. Os créditos estão consubstanciados em estudos e projeções que indicam sua recuperabilidade. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas principais categorias:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar	196.720	181.489
Provisão para perda de crédito esperada	1.433	3.127
Provisão para perda adm a fornecedores	679	1.185
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.980	1.549
Provisão para obsolescência de estoque	1.598	2.530
Provisões para PLR	2.529	1.672
Direito de uso - Aluguéis IFRS 16	75	71
Variação cambial - regime de caixa	-	11.475
Outros	86	51
Subtotal do ativo diferido	206.100	203.149
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Variação cambial - regime de caixa	1.415	-
Subtotal do passivo diferido	1.415	-
Saldos líquidos apresentados no ativo	204.685	203.149

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	203.033	174.686	203.149	174.727
IRPJ e CSLL diferido reconhecidos no resultado do período	1.519	28.347	1.536	28.422
Saldo Final	204.552	203.033	204.685	203.149

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora	Consolidado
Até 01 ano	4.485	4.618
De 01 a 02 anos	18.246	18.246
De 02 a 03 anos	26.617	26.617
De 03 a 05 anos	54.299	54.299
De 05 a 07 anos	64.741	64.741
De 07 a 10 anos	36.164	36.164
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	204.552	204.685

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios da Companhia que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: dados históricos tais como receitas, custo de produção, despesas de depreciação, receitas e despesas financeiras que envolveram premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e informações macroeconômicas, tais como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), taxa de câmbio, taxa de juros básica (Selic) e DI, taxa de inflação, entre outros.

c. Incentivos fiscais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus – AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/69, Decreto nº 94.075, de 05 de maio de 1987, art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007, com alterações introduzidas pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e conforme o art. 5º e art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada trimestre, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor, sendo o montante acumulado de R\$ 23.561 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 22.321 em 31 de dezembro de 2024).

26.SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas adiante. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante para tomada de decisões e na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

Cilindros: situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP), tanques de ar comprimido e componentes estampados para o segmento de requalificação. Também possui um centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR).

Rodas: também situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos.

Centro de serviços de aços: os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus (AM), bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

a. Informações contábeis relativas aos segmentos

As principais informações contábeis sobre cada um dos segmentos de operações da Companhia podem ser assim demonstradas:

	31/12/2025					
	Aços	Rodas	Cilindros	Total	Outros	Consolidado
<i>Mercado interno</i>	81.651	706.225	262.835	1.050.711	-	1.050.711
<i>Mercado externo</i>	-	660	12.237	12.897	-	12.897
Receita líquida	81.651	706.885	275.072	1.063.608	-	1.063.608
CPV	(68.438)	(611.050)	(248.881)	(928.369)	-	(928.369)
Lucro operacional bruto	13.213	95.835	26.191	135.239	-	135.239
Despesas operacionais						
<i>Com vendas</i>	(968)	(5.600)	(4.657)	(11.225)	-	(11.225)
<i>Gerais e Administrativas</i>	(3.567)	(27.680)	(11.666)	(42.913)	(1.443)	(44.356)
<i>Reversão para perda de crédito esperada</i>	(149)	4.038	1.098	4.987	-	4.987
<i>Outras (despesas) receitas líquidas</i>	2.816	(10.364)	(1.143)	(8.691)	(1.870)	(10.561)
Resultado operacional	11.345	56.229	9.823	77.397	(3.313)	74.084
Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial	-	-	-	-	(22.368)	(22.368)
Imposto de renda e contribuição social	(2.560)	-	(867)	(3.427)	(267)	(3.694)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.785	56.229	8.956	73.970	(25.948)	48.022
Total de depreciação e amortização	(460)	(15.240)	(5.324)	(21.024)	(691)	(21.715)

	31/12/2024					
	Aços	Rodas	Cilindros	Total	Outros	Consolidado
Mercado interno	98.008	585.687	257.514	941.209	-	941.209
Mercado externo	-	4.462	2.367	6.829	-	6.829
Receita líquida	98.008	590.149	259.881	948.038	-	948.038
CPV	(84.583)	(524.376)	(225.593)	(834.552)	-	(834.552)
Lucro operacional bruto	13.425	65.773	34.288	113.486	-	113.486
Despesas operacionais						
Com vendas	(876)	(5.602)	(4.047)	(10.525)	-	(10.525)
Gerais e Administrativas	(3.033)	(22.989)	(9.687)	(35.709)	(2.036)	(37.745)
Reversão para perda de crédito esperada	-	(4.421)	(1.005)	(5.426)	-	(5.426)
Outras (despesas) receitas líquidas	1.483	(1.177)	789	1.095	2.382	3.477
Resultado operacional	10.999	31.584	20.338	62.921	346	63.267
Receitas (despesas) financeiras líquidas e						
variação cambial	-	-	-	-	(128.186)	(128.186)
Imposto de renda e contribuição social	(2.957)	-	(963)	(3.920)	27.264	23.344
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.042	31.584	19.375	59.001	(100.576)	(41.575)
Total de depreciação e amortização	(453)	(15.166)	(5.091)	(20.710)	(701)	(21.411)

b. Informações relativas à área geográfica

A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

	Consolidado 31/12/2025			
	Aços	Rodas	Cilindros	Total
Receita líquida	81.651	706.885	275.072	1.063.608
Mercado interno	81.651	706.225	262.835	1.050.711
Mercado externo	-	660	12.237	12.897

	Consolidado 31/12/2024			
	Aços	Rodas	Cilindros	Total
Receita líquida	98.008	590.149	259.881	948.038
Mercado interno	98.008	585.687	257.514	941.209
Mercado externo	-	4.462	2.367	6.829

b.1. Maior cliente

Em 31 de dezembro de 2025, três clientes do segmento de rodas, representaram individualmente mais de 10% da receita total.

b.2. Ativos

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total do ativo por segmentos reportáveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está apresentado a seguir:

	Consolidado 31/12/2025				
	Aços	Rodas	Cilindros	Outros (i)	Total
Ativos por segmento	39.470	298.745	102.501	280.763	721.479

	Consolidado 31/12/2024				
	Aços	Rodas	Cilindros	Outros (i)	Total
Ativos por segmento	44.302	293.657	109.654	291.919	739.532

(i) Refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos federais a recuperar, e o direito de uso do escritório administrativo.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mensuração a valor justo

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações são os mesmos inicialmente adotados.

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas informações contábeis:

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2025	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	27.771	27.771	-
Aplicações financeiras	7	8.178	-	8.178	8.178
Contas a receber clientes	8	-	62.285	62.285	-
Outros ativos		-	11.158	11.158	-
Total		8.178	101.214	109.392	8.178
Passivos					
Fornecedores	15	-	70.800	70.800	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	529.555	529.555	-
Passivo de arrendamento	14	-	3.116	3.116	3.116
Total		-	603.471	603.471	3.116

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
31 de dezembro de 2024	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	11.184	11.184	-
Aplicações financeiras	7	42.187	-	42.187	42.187
Contas a receber clientes	8	-	101.719	101.719	-
Outros ativos		-	8.043	8.043	-
Total		42.187	120.946	163.133	42.187
Passivos					
Fornecedores	15	-	45.631	45.631	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	627.215	627.215	-
Conta corrente partes relacionadas	18	-	5.737	5.737	-
Passivo de arrendamento	14	-	1.221	1.221	-
Total		-	679.804	679.804	-

		Consolidado		
		Valor contábil		Valor justo
31 de dezembro de 2025	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	30.105	-
Aplicações financeiras	7	10.874	-	10.874
Contas a receber clientes	8	-	65.976	-
Outros ativos		-	18.028	-
Total		10.874	114.109	10.874
Passivos				
Fornecedores	15	-	71.346	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	534.235	-
Passivo de arrendamento	14	-	3.529	3.529
Total		-	609.110	3.529

		Consolidado		
		Valor contábil		Valor justo
31 de dezembro de 2024	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos e passivos pelo custo amortizado	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	12.596	-
Aplicações financeiras	7	61.480	-	61.480
Contas a receber clientes	8	-	105.508	-
Outros ativos		-	13.098	-
Total		61.480	131.202	61.480
Passivos				
Fornecedores	15	-	45.826	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	633.066	-
Passivo de arrendamento	14	-	1.753	-
Total		-	680.645	-

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos a receber, fornecedores e mútuo com partes relacionadas, aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos;
- aplicações financeiras: tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e informações contábeis;
- empréstimos e financiamentos: tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

Os instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas adiante mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

- Sensibilidade das aplicações financeiras**

As aplicações financeiras mantidas pela Companhia são de natureza renda fixa – CDBs com remuneração pós-fixada e atreladas ao CDI.

- Risco cambial**

Os riscos de taxa de câmbio decorrem de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas em operações que envolvem contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

- Risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros nos empréstimos e financiamentos.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Companhia na gestão financeira.

Controladora						
	Indexador	Moeda	Posição em 31/12/2025 - Montante em R\$	Em 31/12/2025	Cenário razoavelmente possível	Exposição em milhares de reais
Caixa conta corrente		Dólar	1.160	5,5024	5,4300	(15)
Contas a receber de clientes		Dólar	3.305	5,5024	5,3100	(116)
Fornecedores		Dólar	(2.751)	5,5024	5,4300	36
Empréstimos e financiamentos (i)		Dólar	-	5,5024	5,5000	-
Empréstimos e financiamentos (i)	SOFR	Dólar	(216.094)	5,7494	5,7469	94
Exposição Líquida			(214.380)			(1)

Controladora						
	Indexador	Moeda	Posição em 31/12/2024 - Montante em R\$	Em 31/12/2024	Cenário razoavelmente possível	Exposição em milhares de reais
Caixa conta corrente		Dólar	982	6,1923	6,0700	(19)
Contas a receber de clientes		Dólar	26	6,1923	6,0400	(1)
Fornecedores		Dólar	(531)	6,1923	6,0700	10
Empréstimos e financiamentos (i)		Dólar	(73.336)	6,1923	6,0000	2.277
Empréstimos e financiamentos (i)	SOFR	Dólar	(253.871)	6,5230	6,3204	7.884
Exposição Líquida			(326.730)			10.151

Consolidado						
	Indexador	Moeda	Posição em 31/12/2025 - Montante em R\$	Em 31/12/2025	Cenário razoavelmente possível	Exposição em milhares de reais
Caixa conta corrente		Dólar	1.160	5,5024	5,4300	(15)
Contas a receber de clientes		Dólar	3.305	5,5024	5,3100	(116)
Fornecedores		Dólar	(2.751)	5,5024	5,4300	36
Empréstimos e financiamentos (i)		Dólar	-	5,5024	5,5000	-
Empréstimos e financiamentos (i)	SOFR	Dólar	(216.094)	5,7494	5,7469	94
Exposição Líquida			(214.380)			(1)

Consolidado						
	Indexador	Moeda	Posição em 31/12/2024 - Montante em R\$	Em 31/12/2024	Cenário razoavelmente possível	Exposição em milhares de reais
Caixa conta corrente		Dólar	982	6,1923	6,0700	(19)
Contas a receber de clientes		Dólar	26	6,1923	6,0400	(1)
Fornecedores		Dólar	(531)	6,1923	6,0700	10
Empréstimos e financiamentos (i)		Dólar	(73.336)	6,1923	6,0000	2.277
Empréstimos e financiamentos (i)	SOFR	Dólar	(253.871)	6,5230	6,3204	7.884
Exposição Líquida			(326.730)			10.151

(i) Esta análise considera apenas o valor do principal, sem levar em conta os juros, estes estão sendo projetados nesta mesma nota no tópico Risco de liquidez.

Risco de mercado na carteira de crédito

Foram aplicadas análises estatísticas e econométricas com o propósito de avaliar os efeitos do risco de mercado na carteira de crédito da Companhia. Entende-se que o risco de mercado é aquele decorrente da atividade econômica (PIB) o qual poderia afetar o valor dos recebíveis. Após a aplicação das análises mencionadas, não foram encontradas evidências estatisticamente significativas do risco de mercado na carteira de recebíveis da Companhia.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações e instituições financeiras de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	27.771	11.184	30.105	12.596
Aplicações financeiras	4.834	27.308	7.530	42.572
Aplicações financeiras LP	3.344	14.879	3.344	18.908
Contas a receber de clientes	62.285	101.719	65.976	105.508
Total	98.234	155.090	106.955	179.584

Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem

causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024:

31/12/2025	Valor contábil	Controladora	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
		Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)				
Passivos						
Fornecedores	70.800	70.800	70.800	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	529.555	566.602	566.602	-	-	-
Passivo de arrendamento	3.116	3.116	1.153	1.233	730	-
Total	603.471	640.518	638.555	1.233	730	-

31/12/2024	Valor contábil	Controladora	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
		Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)				
Passivos						
Fornecedores	45.631	45.631	45.631	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	627.215	733.310	144.553	588.757	-	-
Passivo de arrendamento	1.221	1.221	429	463	329	-
Empresas relacionadas	5.737	5.737	5.737	-	-	-
Total	679.804	785.899	196.350	589.220	329	-

31/12/2025	Valor contábil	Consolidado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
		Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)				
Passivos						
Fornecedores	71.346	71.346	71.346	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	534.235	572.069	568.135	1.422	1.312	1.200
Passivo de arrendamento	3.529	3.529	1.280	1.370	879	-
Total	609.110	646.944	640.761	2.792	2.191	1.200

31/12/2024	Valor contábil	Consolidado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses
		Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)				
Passivos						
Fornecedores	45.826	45.826	45.826	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	633.066	740.420	146.196	590.289	1.422	1.312
Passivo de arrendamento	1.753	1.753	547	590	467	136
Total	680.645	787.999	192.569	590.879	1.889	1.448

Gestão de capital

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área reportam regularmente sobre suas atividades.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades. Ressaltando que as políticas e diretrizes para a avaliação da relevância dos riscos para a contratação das coberturas de seguros, não são objeto de escopo por parte de nossos Auditores Independentes. A composição da cobertura de seguros está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vida	3.750	3.750
D & O	40.000	35.000
Responsabilidade civil	18.000	12.000
Patrimonial	481.269	342.323
Seguro Viagem	1.100	1.238
Veículos	16.363	3.739
Crédito operações de exportação	-	4.073
Transporte nacional diversos	1.000	1.000
Subtotal diversos	561.482	403.123
Transportes Importação (USD \$ 3,000,000.00)	16.507	18.577
Transportes Importação (BRL)	3.000	3.000
Transportes Exportação (USD\$ 2,000,000.00)	11.005	12.385
Transportes Exportação (BRL)	3.000	3.000
Subtotal transporte internacional	33.512	36.962
Total	594.994	440.085

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) contratado ao final do exercício de 2025, junto ao Banco Daycoval S.A., no âmbito do convênio para antecipação a fornecedores, teve seu saldo integralmente liquidado em 02 de fevereiro de 2026. A Companhia mantém linha de crédito disponível para futuras operações de antecipação, cuja utilização não é certa no momento, entretanto, caso seja necessária para apoiar o fluxo de pagamentos a fornecedores, poderá ser acionada conforme a conveniência operacional e financeira.

Conflitos no Oriente Médio

Após 31 de dezembro de 2025, intensificaram-se os conflitos geopolíticos no Oriente Médio, resultando em maior volatilidade nos mercados internacionais, especialmente nos setores de petróleo, transporte marítimo, logística global e commodities. Esses acontecimentos constituem evento subsequente não ajustável, conforme o CPC 24.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração vem acompanhando continuamente os desdobramentos desses eventos, avaliando potenciais impactos sobre:

- **custos de insumos e matérias-primas,**
- **cadeias de suprimentos internacionais,**
- **condições macroeconômicas globais,** incluindo volatilidade cambial e pressões inflacionárias.

Com base nas informações disponíveis até o momento, não foram identificados impactos que demandem ajustes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. Contudo, dada

a natureza dinâmica e a incerteza associada aos desdobramentos do conflito, a Companhia continuará monitorando o cenário internacional e avaliará oportunamente eventuais efeitos relevantes que possam influenciar suas operações, projeções ou premissas utilizadas em testes de recuperabilidade de ativos.

A Administração manterá o mercado informado conforme a evolução dos fatos e seus impactos potenciais sobre as atividades da Companhia.

* * *